

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 05-5-2021.

---

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Fernanda Barth, Jonas Reis, Mauro Zacher, Psicóloga Tanise Sabino e Reginete Bispo. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/21 (Processo nº 0061/21), de autoria de Bruna Rodrigues; o Projeto de Lei do Legislativo nº 137/21 (Processo nº 0360/21), de autoria de Claudio Janta. Também, foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/10 (Processo nº 2567/10). Ainda, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Airto Ferronato, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 266/19 (Processo nº 0627/19); de autoria de Mauro Zacher, para os Requerimentos nºs 135 e 181/17 e 102/18 (Processos nºs 1769 e 2641/17 e 1403/18, respectivamente). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Reginete Bispo, Jessé Sangalli, Bruna Rodrigues, Giovane Byl, Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, Matheus Gomes, Claudio Janta, Lourdes Sprenger, Idenir Cecchim, Ramiro Rosário, Comandante Nádia, Mari Pimentel, Mônica Leal e Fernanda Barth. Na oportunidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Giovane Byl, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 006, 009 e 004/21, este discutido por Aldacir Oliboni, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 072, 122, 139, 058/21, este discutido por Pablo Melo, e 097/21, discutido por Jonas Reis e Leonel Radde. Também, Claudio Janta pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mauro Pinheiro. Às dezesseis horas e vinte e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/19 (Processo nº 0313/19), após ser discutido por Airto Ferronato, Moisés Barboza e Idenir Cecchim e encaminhado à votação por Pedro Ruas e Moisés Barboza. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/19, por trinta e quatro votos SIM e dois votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante

Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Karen Santos e Pedro Ruas. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 019/19, por vinte e seis votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21 (Processo nº 0266/21), após ser discutido por Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Comandante Nádia, Leonel Radde, Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Roberto Robaina, Daiana Santos, Matheus Gomes, Reginete Bispo, Claudio Janta, Karen Santos, Jonas Reis, Bruna Rodrigues, Jessé Sangalli, Mauro Pinheiro e Airto Ferronato e encaminhado à votação por Fernanda Barth, teve sua votação suspensa, em face do esgotamento do prazo regimental da presente sessão. Na oportunidade, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Comandante Nádia, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21, e foi aprovado requerimento de autoria de Comandante Nádia solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes, por vinte e sete votos SIM e cinco votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo e Não Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Também, foi aprovado requerimento de autoria de Comandante Nádia, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, e foi apregoado requerimento de autoria de Comandante Nádia, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02, ambas apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 090/21. Às dezoito horas e quarenta e nove minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal. Há quórum.

(Procede-se à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; boa tarde, meus colegas da bancada do Partido dos Trabalhadores; eu pedi a fala no período de Comunicação de Líder para trazer aqui, mais uma vez, um debate que reiteradamente tem sido colocado aqui nesta Casa, também para dizer da alegria de estar aqui pela primeira vez nesta legislatura, ocupando este espaço e, finalmente, pela primeira vez, vendo o rosto dos senhores e das senhoras, que é muito importante, porque nos aproxima de uma forma mais humanizada.

Eu quero dizer que na última semana o governo municipal, o Executivo Municipal de Porto Alegre, buscando realizar uma campanha de conscientização sobre o uso de máscara e o distanciamento social contra a Covid-19, acabou introduzindo, mais uma vez, o racismo estrutural, tão presente na nossa sociedade. Tão presente e naturalizado que, às vezes, parece que as pessoas, as instituições cometem de forma inconsciente. Nessa peça publicitária, foram utilizados dois mascotes da dupla Gre-Nal, tão polêmicos na nossa cidade e tão importantes, não é? O Saci Pererê, representando o Internacional, e o mosqueteiro, representando o Grêmio – acho que todos vocês devem ter visto essa publicidade, amplamente divulgada e circulada na nossa cidade. A discriminação fica evidenciada quando a peça publicitária utiliza o saci, de pele negra, como exemplo de vetor e transmissor da doença, como vetor e transmissor do vírus, com um potencial enorme de transmissão, nessa campanha apresentada pelo Executivo Municipal. Além de reforçar o racismo estrutural, a campanha desrespeita milhares de famílias negras que perderam seus entes queridos. Todas as pesquisas apontam – todas! – que a maioria das vítimas da Covid-19 são negras e negros, especialmente por serem moradores de comunidades sem acesso a serviços públicos. A própria distribuição do serviço de saúde é precária nas comunidades periféricas de Porto Alegre; segue sendo desestruturada de forma acelerada e deliberada. Além disso, a comunidade negra é a mais atingidas pelo desemprego, pela fome pela cidade e pelo País. Então, usar o símbolo da mascote Saci Pererê como o símbolo transmissor com maior potencial de transmissão e contaminação é algo absolutamente racista e discriminatório, que aponta, mais uma vez, a população negra como responsável pela desgraça que vive o nosso País, com mais de 400 mil mortos. A campanha reforça uma série de estereótipos que sempre levaram à exclusão da população negra neste País e que deve ser combatida em todos os espaços da nossa vida social. O racismo estrutural dispensa o dolo e a intenção

de realizar um ato discriminatório, mas, mesmo assim, produz efeitos nefastos em nossa sociedade. Porto Alegre tem visto emergir atos racistas cotidianamente, e o poder público tem o dever de agir pelo reforço da democracia e da unificação da sociedade, não promover ações discriminatórias. A nossa bancada repudia a qualidade do ato de cunho racista nas ruas e nas redes sociais. Então, a gente solicita, Presidente e colegas, que a campanha seja imediatamente retirada de circulação, e a reparação do dano causado à nossa comunidade, à imagem da população negra e o reforço à ideia de que o cidadão negro e a cidadã negra são cidadãos de segunda classe e que, por isso, têm maior potencial de transmissão, assim como têm maior potencial de violência. Então, que essa campanha seja imediatamente retirada das redes sociais e que o Poder Executivo pense, imediatamente, numa forma de reparar esse dano causado à nossa população. Porque basta de racismo, basta de discriminação! Queremos uma cidade alegre, antirracista e antimachista. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa tarde a todos. É uma grande honra estar aqui, no plenário principal da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, fico muito feliz por fazer parte desta Casa, quero participar dos grandes debates da capital do Estado do Rio Grande do Sul, trazendo uma visão bastante metropolitana das demandas que envolvem a capital do Estado do Rio Grande do Sul. A gente tem que lembrar que cerca de um terço das pessoas que trabalham em Porto Alegre moram em outras cidades, e é necessário termos uma atenção em relação a essas pessoas que não encontram representação aqui na cidade de Porto Alegre. Porque, como são moradores de outras cidades, precisam se comunicar com os entes do Município onde moram, mas as demandas deles que se traduzem no deslocamento diário, no tempo que eles perdem no deslocamento diário, infelizmente não são abordadas na Câmara de Porto Alegre, porque os nossos eleitores nos trazem demandas de Porto Alegre, então essa população que se desloca diariamente entre as cidades acaba ficando sem representatividade, porque não são eleitores daqui, mas demandam serviços da cidade, e, como nós temos o mau hábito de, muitas vezes, prestar mais atenção naqueles que nos buscam nas comunidades de Porto Alegre, acaba que... (Problemas na conexão.) ...ficando um pouco para trás e não sendo abordados de maneira mais sistemática.

Sobre a fala da Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo, eu acabei olhando aqui a peça publicitária da Prefeitura, respeitando a opinião da vereadora, mas, na minha opinião, aqui foram utilizados dois personagens símbolo dos times de futebol, Internacional e Grêmio, e não consigo ver a intenção daquele que fez essa charge em ofender, causar algum tipo de ato discriminatório. Eu entendo que a causa da luta antirracismo é muito importante, só que, em alguma medida, pode acontecer de, na busca de lutar contra esse problema social que aflige uma boa parte da população, banalizarmos essa luta. Não sou

um especialista nesse tema, muitas vezes inclusive vejo o Ver. Matheus Gomes falando com muita propriedade sobre isso, no início do mandato tive a oportunidade de vê-lo inclusive em algumas entrevistas defendendo o seu ponto de vista, entendo que a luta é justa. O meu único medo aqui é de a gente banalizar essa discussão e encontrar racismo onde não existe racismo. Eu não entendo que o prefeito Melo tenha sido racista quando alguma das suas secretarias publicou essa peça aqui, tentando conscientizar sobre a transmissão do coronavírus. Eu vejo aqui dois personagens dos times de futebol mais importantes da cidade demonstrando o uso correto da máscara. Se eu estou errado, peço desculpas; mas a minha intenção é demonstrar para os senhores que a gente tem que enxergar o que tem que ser visto. Na minha opinião, o que está sendo mostrado aqui é o uso correto de máscara, no intuito de proteger aquelas pessoas que estão próximas de nós. Foi utilizado um exemplo com dois personagens, um do Grêmio e um do Internacional, e eu não vi racismo aqui. Então, só para alertar que essa luta, que é importante, não deve ser banalizada, senão pode acontecer de quando a gente observar um ato que realmente mereça atenção, esse tema já tenha sido desgastado a ponto de não merecer a atenção necessária.

Agradeço a oportunidade de estar aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, agradeço a todos os eleitores que me deram essa oportunidade, e espero que possamos fazer bons debates aqui na capital do Estado do Rio Grande do Sul. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde, colegas vereadores e colegas vereadoras. É com muito prazer que eu divido esta tribuna com uma parcela importante da população de Porto Alegre, uma parcela que representa o povo de Porto Alegre.

Eu vim aqui falar do Dia do Líder Comunitário, porque o início da minha trajetória militante se mostra como uma mulher oriunda da periferia da cidade que lutava pela vaga na creche.

É inadmissível vir até esta tribuna e não questionar o Ver. Jessé Sangalli, um homem branco, não negro, que quer dizer para o povo negro o que é ou não racismo. É inadmissível que a sociedade que elegeu a primeira bancada negra da história da Câmara de Vereadores tenha que, ainda, conviver com esses discursos de pessoas não negras que não sentem o que é o preconceito da cidade, que não sabem o que é ter medo de ser morto em supermercado, que não sabem o que é ser perseguido dentro de lojas, que não sabem o que é ir para a fila de emprego e não conseguir a vaga pelo fato da cor, pela estética. Ver. Jessé, ocupe o seu lugar e não o lugar do outro! O lugar do outro não é seu!

Eu vim aqui falar do Dia do líder Comunitário, do início da minha trajetória, de uma mulher que vem da comunidade em busca da vaga na creche, como tantas outras

mulheres hoje. Quero fazer referência à minha saudação e mandar um abraço muito carinhoso a todas as lideranças comunitárias, a todas as mulheres e a todos os homens que, neste momento tão difícil da pandemia, se colocaram na defesa da vida dos seus, se colocaram na linha de frente da campanha de solidariedade, fizeram a diferença na vida das suas comunidades. São as lideranças comunitárias que se destacam em meio à pandemia, são as lideranças comunitárias organizadas a partir da sociedade civil que defendem as vidas, que lutam contra a fome e que apontam para os governos o caminho que a gente precisa seguir. É nesse contexto que nós elegemos esta bancada negra. Esta bancada negra é a luta das periferias da cidade, esta bancada negra vem contar histórias de mulheres e homens que garantem esta Casa, que limpam e fazem parte da manutenção e que hoje vêm usar esta tribuna, e que a partir daqui vão fazer uso dessa palavra com muita qualidade, com muito respeito aos vereadores e vereadoras. É assim que eu encerro a minha fala, Presidente. É um prazer, novamente, dividir esta tribuna com tantos colegas.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Gostaríamos de acusar e agradecer a presença do secretário Cassio Trogildo, da Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política, hoje, abrilhantando os trabalhos da sessão; muito obrigado.

O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, toda a equipe, toda a assessoria que está presente aqui nesta tarde, representantes do governo, secretário Cassio Trogildo; Tessaro, um abraço ao amigo, bom te ver. Quero também saudar todos que nos assistem pela TVCâmara, pelo YouTube, pelo Facebook; todos que nos assistem, uma boa tarde às senhoras e aos senhores.

Na verdade, eu estou usando o tempo de liderança do PTB, mas antes de entrar na pauta, eu quero dizer que estou muito feliz por poder estar aqui ocupando a tribuna; parece que agora, sim, oficialmente, eu sou vereador. Da forma como estávamos fazendo as sessões, não tinha a mesma emoção. Hoje, sim, parece que sou vereador de Porto Alegre, porque isso aqui, para mim, é muito importante, esta tribuna, o poder que ela tem, a representatividade que ela tem. Tive inúmeras oportunidades de assumir esta tribuna como suplente de vereador, substituindo por diversas vezes o meu amigo Ver. Claudio Janta, e hoje estou aqui como vereador titular. Eu estou muito contente, neste momento, de poder estar aqui como vereador.

Quero fazer um pedido, Presidente, de inversão da ordem dos trabalhos, para corrermos a 2ª sessão de Pauta. Nós temos tramitando na Casa um projeto de extrema importância, que é o PLL nº 139/21, que garante a manutenção do repasse do Município para as entidades conveniadas com a Prefeitura. Venho pedir encarecidamente aos vereadores sensibilidade para que esse projeto corra a 2ª sessão de

Pauta hoje. Já foi acordado na reunião de líderes que esse projeto passará pela reunião conjunta das comissões na próxima quarta-feira, e assim o projeto vai estar apto a passar pela votação, pelo crivo dos vereadores. Mais uma vez reforço a importância de darmos o reconhecimento e a segurança jurídica para as entidades que prestam esse serviço de parcerização com o Município na educação infantil, nas entidades vinculadas com a FASC, essas entidades que receberam neste mês apenas 70% do seu repasse e estão com o seu futuro, a sua folha de pagamento completamente insegura. Essas entidades não merecem estar passando por essa insegurança. Solicito essa inversão e peço a ajuda dos vereadores e das lideranças. Desejo boas sessões, agora neste formato híbrido, a todos os vereadores. Obrigado, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Giovane Byl (PTB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos entrar no período de Pauta antes da Ordem do Dia. Após retornamos à ordem normal.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Concordo com o pedido do Ver. Giovane Byl, mas estou inscrito desde o início da sessão em tempo de liderança, e é muito importante que eu use o tempo neste momento. Eu gostaria que fosse feita a inversão após o período de liderança da oposição.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Na realidade, a inversão do período da Pauta para antes da Ordem do Dia não interfere nas manifestações das lideranças, e o senhor é o próximo inscrito. Para que a Mesa possa dar encaminhamento, quando entra um requerimento, ele precisa ser apreciado pelo plenário.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
**APROVADO.**

O Vereador Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, o Brasil ontem foi sacudido brutalmente pelas declarações importantes, sérias, históricas, do ex-Ministro da Saúde, Mandetta. Ele colocou um tema da maior relevância, comprovando o descaso do Presidente da República Bolsonaro com a saúde no nosso povo, a sua negação da pandemia, o seu descaso com a vacinação do povo, o seu descaso com as medidas de distanciamento e isolamento para bem do combate à Covid-19 e até mesmo com o uso de máscaras. Lamentavelmente, o prefeito de Porto Alegre tem a mesma linha bolsonarista, que aliás, diga-se de passagem, ele disse, na sua campanha eleitoral, no ano passado, que ele tinha identidade ideológica com Jair Bolsonaro. É mais do que isso, é identidade política,

porque há muito tempo esta Câmara autorizou, por unanimidade, a compra de vacinas para Porto Alegre. O prefeito nunca pressionou o governo federal, o prefeito nunca comprou nenhuma vacina – foi autorizado por nós. Se precisar, nós autorizamos, por unanimidade, em 24 horas! Hoje... (Problemas na conexão.) ...tenho 75 anos e tenho que fazer a segunda dose; venceu ontem o 28º dia. A fila do *drive-thru* da PUC chega quase a Viamão. Estou na Av. Bento Gonçalves, perto do número oito mil. Eu não estou me queixando por mim, mas, infelizmente, acho que não haverá vacina para todos, e sei que na Unidade de Saúde Santa Marta já está começando a quarta volta ao redor do posto. Então não haverá, nem hoje, nem amanhã, nem depois... Eu não falo por mim, porque eu tenho condições sociais de fazer o distanciamento social, eu tenho condições de me cuidar, o que a maioria da população não tem. Nós ficaremos sem vacinas. Já estamos com muitas pessoas além do prazo final da segunda dose, o meu caso é de um dia, há outros de vários dias, e muitos não sabem quando tomarão a segunda dose. A ciência, no mundo, não conhece o efeito ainda do atraso da segunda dose, é uma experiência que não se tem: haverá contaminação só com a primeira vacina, haverá condições de aplicar a segunda dose ainda com eficácia? O que quero dizer é que Porto Alegre vive uma situação dramática, e não estou dizendo isso para atacar nenhum dos vereadores da bancada governista, por quem eu tenho muito respeito, mas especificamente o Executivo municipal, porque ele foi autorizado por nós, porque ele tem a linha bolsonarista, porque ele não manda projetos em relação ao combate à pandemia, e porque, se hoje Porto Alegre retomar as vacinas para a segunda dose Coronavac, não haverá doses suficientes, infelizmente. O Repito, eu estou aqui, agora, para relatar, porque eu não tenho interesse... (Problemas na conexão.) ...o prioritário são as pessoas que não podem fazer isolamento, que não podem fazer distanciamento, que precisam estar na rua, que tomaram a primeira dose e não vão conseguir tomar a segunda dose, não vão conseguir completar sua imunização. É o caso de Porto Alegre. Nós somos vereadores desta Capital, e aqui o prefeito foi, há mais de dois meses, autorizado, repito, por unanimidade, a comprar vacina, e ninguém questionou valor, ninguém questionou o custo. Nós queremos que o prefeito aja, que tenha vacinas para o porto-alegrense. Esse absurdo, esse desrespeito, esse descaso que estamos vendo no dia de hoje infelizmente é consequência desta condição extremamente vinculada ao governo Bolsonaro que o prefeito Sebastião Melo assumiu em Porto Alegre. É lamentável, repito, é muito triste que isso aconteça na nossa Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Senhoras e senhores, colegas vereadores, telespectadores da TV Câmara, boa tarde a todos. Em primeiro lugar, é uma satisfação voltar para a sessão híbrida; nada se compara com a sessão

presencial, onde a gente pode conversar com os colegas vereadores, debater, articular, sempre pensando no melhor interesse de quem mora em Porto Alegre.

Quero tratar aqui rapidamente, no tempo de liderança, sobre três temas. Primeiro, lembrar que hoje é 5 de maio, e nós homenageamos a Força Expedicionária Brasileira – FEB, que lutou na Segunda Guerra Mundial. É uma homenagem muito especial a esses praças que representaram não só o Brasil, mas defenderam o mundo na Segunda Guerra Mundial.

Em segundo lugar, também quero enviar as condolências às famílias de Santa Catarina, da tragédia, onde um homem de 18 anos invadiu uma escola e assassinou a facadas duas trabalhadoras da área da educação e mais três ou quatro crianças. Acho que uma está sobrevivendo. Quero colocar aqui a nossa tristeza, a nossa angústia, as nossas condolências a essas famílias de Santa Catarina. Talvez, se a questão do porte de armas estivesse mais avançada no Brasil, nós poderíamos ter lá um segurança armado que poderia, sim, ter defendido a vida dessas mulheres e dessas crianças.

Em terceiro lugar, não menos importante, quero falar aqui para vocês sobre uma questão muito importante, uma questão estrutural: a Prefeitura de Porto Alegre fez um *card* muito inteligente prestigiando o Grêmio e o Internacional e explicando a questão do uso das máscaras. Para quem não sabe, sou colorado, mas tenho muitos amigos gremistas. Tenho duas filhas, uma loira e uma mulata. Eu gosto de mulher, mas tenho muitos amigos que têm uma opção sexual diferente da minha, mas são meus amigos. Eu quero dizer a vocês que concordo com o vereador Jessé: nós não podemos banalizar o preconceito. Claro que existe preconceito, sim, na nossa sociedade, mas nós não podemos banalizar o preconceito no que tange um *card* da Prefeitura que está prestigiando o Grêmio e o Internacional. Lembro que na minha época de criança, pouco tempo atrás, nós tínhamos aqueles álbuns do campeonato brasileiro em que apareciam as mascotes: do Bahia, o Super Homem; do Internacional, o Saci, que agora se trocou pelo macaco; do Grêmio, o Mosqueteiro. Então é uma questão histórica dos clubes, é uma questão infantil, uma coisa bonita, e não acho justo trazer esse tema para a Câmara. Eu acho que falou bem o vereador Jessé, nós estamos banalizando este tema tão importante.

Quero registrar aqui um abraço a todos, e tenho um bom relacionamento com todos os colegas, os 35 vereadores, e desejo que agora, reiniciando os trabalhos presenciais, possamos votar temas delicados e importantes que vão ao encontro do real interesse de quem mora em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, aos vereadores e às vereadoras presentes na sessão e a todos os que nos acompanham

pela TVCâmara. Gostaria de abordar três assuntos, falando em liderança, em nome da bancada do PSOL – dos vereadores Roberto Robaina, Karen Santos e Pedro Ruas, nosso líder de oposição. O primeiro, antes de chegar a questões diretamente relacionadas à população de Porto Alegre, é sobre a situação dramática que nós estamos vendo neste momento na Colômbia, um país irmão, na América Latina, onde acontece, nos últimos dias, uma mobilização justíssima contra a reforma tributária do presidente de direita Ivan Duque, que visava taxar os mais pobres e deixar passar batido aqueles que acumularam milhões em riquezas na Colômbia, em meio à pandemia. Essa mobilização, neste momento, está sendo duramente atacada e nós precisamos falar sobre isso aqui no Brasil também. A Colômbia é o país da América Latina que mais assassina lideranças que defendem os direitos humanos, que defendem os direitos da classe trabalhadora e nas últimas horas o povo colombiano está sendo duramente perseguido, reprimido. Os vídeos que circulam na internet mostram imagens de assassinatos, de violência policial intensa. Nós precisamos refletir sobre isso, até por uma frase que está circulando na internet, dos protestos na Colômbia, que diz o seguinte: “Quando o presidente se torna mais perigoso que um vírus, é justo a população ir às ruas”. Essa situação diz muito sobre a realidade do nosso País, diz muito, porque aqui o desrespeito do Presidente Jair Bolsonaro com a população brasileira, especialmente no que tange ao combate à pandemia, está sendo desmascarado, no nosso País, desde ontem, quando se iniciou a CPI da Covid. E também é por isso que, aqui em Porto Alegre, nós estamos vendo essa cena de desrespeito com a nossa população, na manhã de hoje: as filas nos postos de saúde, como acaba de relatar o Ver. Pedro Ruas, diretamente de uma fila. A última informação que ele nos passou é que o *drive-thru* da PUC estava com uma fila quase lá na entrada da Av. Bento Gonçalves, indo para Viamão, um absurdo! Os quatro postos de saúde de Porto Alegre que deveriam fazer a segunda dose estão sendo um ambiente de desrespeito com a nossa população; justamente num dia que chove, que faz frio, milhares de pessoas da nossa cidade foram para uma fila para ouvir que não tem vacina. Se a Prefeitura sabia que nós não íamos ter as doses suficientes para vacinar a população hoje, por que não organizou a logística de forma adequada? Por que não se comunicou com a população de Porto Alegre, construindo um escalonamento, um meio de organizar e evitar que a população chegasse a uma situação como essa? É um desrespeito, é um absurdo completo, e é uma questão de comunicação. Nesse sentido, os problemas não começaram hoje, a Prefeitura de Porto Alegre está com grave atraso nas campanhas de conscientização contra o coronavírus, tanto é que começou, lá em janeiro, incentivando o uso de medicamentos que não podem ser utilizados para combater o Covid, felizmente, a bancada do PSOL conseguiu derrotar esse absurdo; posteriormente, deu vários sinais trocados sobre o tema da pandemia; e agora, mais recentemente, como já foi falado aqui pela Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo e pela Ver.<sup>a</sup> Bruna, fez uma peça de comunicação muito ruim, que não levou em consideração a questão racial. Esse é um tema discutido em todo Brasil. Ninguém, hoje, nenhuma empresa, nenhum governo, nenhuma prefeitura, que queira dialogar com aquilo que há de mais progressivo na nossa cidade, que é um sentimento de igualdade, de democracia, faz uma

propaganda sem levar esse elemento em consideração. E aí, o que aconteceu? Gerou mais confusão, mais problemas. Isso é lamentável. Esse tema das vacinas, aqui na nossa cidade, está diretamente vinculado com as questões que nós estamos vendo lá em Brasília. O grande tema hoje discutido no nosso País é o fato de o Presidente Bolsonaro ter negado onze ofertas de vacinas – onze! –, e a população de Porto Alegre que está na fila, neste momento, pegando chuva e passando frio, tem que saber disso. A responsabilidade nesta situação que está acontecendo começa lá em Brasília.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Casa, é muito bom retornar, um ano e pouco depois que fomos atingidos pela Covid – na verdade, quase dois anos, no final do ano nós estávamos aqui ainda –, a este plenário, juntamente com todos colegas e companheiros.

Eu queria entrar aqui num tema que, pelo jeito, nos faltou hoje à tarde. Queria dizer à Prefeitura de Porto Alegre que nenhuma mulher branca é fada do lixo, eu queria dizer isso. Nenhuma a mulher branca é fada do lixo, porque a Prefeitura fez uma propaganda onde bota uma mulher branca falando que não existe fada do lixo. Eu quero dizer que o boneco negro que está no centro da propaganda do Star Wars da Prefeitura de Porto Alegre, está em destaque em relação aos restantes dos bonequinhos do Star Wars. E eu quero dizer que lugar de basculho é no lixo, porque a Prefeitura usou um negro do Big Brother para falar da coleta seletiva de lixo em Porto Alegre. Então, vereadores, eu acho que nós pautarmos a nossa cidade, pautarmos a nossa Prefeitura sobre as políticas públicas, pautarmos a nossa Prefeitura sobre as reivindicações do povo de Porto Alegre, é uma coisa; agora, pautar por uma pauta que não existe, por favor, me desculpem. Eu sou neto de negra, a minha mãe foi enterrada faz uma semana, tinha, como diz minha família, um pé na senzala. Agora, isso é uma falta de pauta, me desculpem, falta de pauta. Um dia como hoje, em que a população está sendo vacinada, que nós vimos filas e mais filas de pessoas nos postos de saúde, onde a população não se organiza – a população não se organiza –, onde nós continuamos reivindicando vacina para os trabalhadores do comércio, de supermercados, de farmácias, dos rodoviários, dos taxistas, para as pessoas da segurança pública, nós dizermos que uma propaganda onde aparecem os dois integrantes da dupla Gre-Nal – o Saci Pererê, representando a torcida do Internacional, e o Mosqueteiro, representando a torcida do Grêmio –, os dois com 90% de chance de serem infectados, porque os dois estão sem máscara; depois aparece, do Grêmio com 30%, porque está com máscara; depois do Internacional com 5%, porque está com máscara; depois os dois com máscara com 1.5%, dizendo que se as duas pessoas usarem máscara, cai para 1,5%; depois dizendo que os dois, com o distanciamento de 1,80 metro, zero chance de infectar as pessoas, pelo amor de Deus, isso não é racismo! Então vamos mudar os símbolos,

principalmente, as lendas do nosso folclore brasileiro. Ou eu não posso mais chamar o Saci Pererê de Saci Pererê? Não posso mais? Então, essa patrulha ideológica, patrulha de não entrar a fundo nas discussões necessárias, como a alta taxa de juros que ainda existe no Brasil, o grande número de desemprego, que vem não somente acompanhado da Covid-19, mas acompanhado da desindustrialização desse Brasil, acompanhado do não incentivo à indústria nacional, do não incentivo que o comércio tenha a sua chance, nós temos que pautar essas questões. As questões de por que as escolas particulares, que voltaram a funcionar, têm inglês, e por que a escola pública não tem inglês, na mesma grade? Por que a escola particular dá aula de empreendedorismo e por que a escola pública não dá aula de empreendedorismo? Essas pautas que nós temos que trazer. Eu estudei em escola pública minha vida inteira, fui colega da Deputada Maria do Rosário, me criei no Morro da Cruz, vendo o Oliboni tomar chicotada na procissão de Jesus Cristo – ele já era Jesus Cristo, eu era guri, vocês imaginem a idade o Oliboni! Então essas coisas que nós temos que pautar para a população da nossa cidade, e políticas públicas, é lógico! Morando na periferia, não é porque sou branco, não é porque sou negro, não é porque sou magro, não é porque sou gordo, alto ou baixo, é porque eu tenho o preconceito social, é isso que nós temos que dizer. É preconceito social, não é por cor, não é por raça, mas, muitas vezes, esse preconceito, quando a gente vai procurar emprego, é por CEP. Eu argumento: quem mora em Guaíba, quem mora na Restinga, quem mora lá na ponta da Nova Gleba, pergunte para ele se ele é branco ou preto, se o preconceito não é pelo seu CEP, pela dificuldade de locomoção, pela dificuldade de onde mora? Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, iniciando as nossas sessões plenárias de forma presencial, aqui eu envio as minhas energias positivas a todos, aos que estão presentes, aos que nos assistem, porque precisamos disso para recomeçar. Passamos um ano e alguns meses em isolamento e distanciamento social, vamos manter o protocolo, seguir de máscaras, com a higiene das mãos e o afastamento necessário. Ainda não está totalmente concluído o fim da Covid-19 em nossa cidade, em nosso Estado e em nosso País, então devemos seguir tendo a responsabilidade de não repassar qualquer contaminação aos nossos familiares, amigos, aos nossos semelhantes.

Eu também quero falar do Maio Amarelo. O Maio Amarelo é um mês para a conscientização com os acidentes de trânsito. Além dos humanos, nós temos uma grande quantidade de animais acidentados nas vias, nas estradas e nos centros das cidades. Esse número é tão significativo que hoje já se pensa que pode levar à extinção: são quase 20 animais por segundo acidentados, muitos vão a óbito. Há todo um trabalho de biólogos, de entidades para a recuperação daqueles que sobrevivem. Somando à

caça, quantos animais, quantas espécies estão eliminadas? Então neste mês do Maio Amarelo também queremos chamar a atenção que um animal de pequeno ou grande porte, numa via, pode causar um grande acidente, levando a óbitos, como acontece, de muitas pessoas, de famílias, nesses acidentes, quando se tem casos como esse. Também chamo a atenção de que o DNIT deveria se preocupar mais, quando faz as estradas ou recuperações, em fazer túneis. Isso é uma coisa muito comum, túneis nas estradas, protegendo os animais silvestres, e há essa reclamação: de que o DNIT não tem feito a sua parte.

Há outros lados também que os municípios deixam a desejar, como o caso da Ilha dos Marinheiros, onde não foi feito censo em 2015, em 2016, aí veio a obra da ponte, e muitos animais ficaram por ali. O próprio DNIT, em reunião conosco, disse: “Se houvesse o censo, nós teríamos atendido essa demanda, auxiliando financeiramente”. Mas quero chamar a atenção para a modernização: tem pontes aéreas que podem ser feitas nessas grandes vias, tem o que eu já falei, que são os pequenos túneis, para salvar as espécies. Pois isso é uma cadeia, na medida em que uma espécie vai sendo eliminada, existem consequências, porque essa mesma cadeia que se alimenta, ela também serve de alimento para outras espécies. Então nesse mês de maio, não vamos pensar que só devemos – devemos, sim – nos preocupar com os humanos, vamos incluir os animais nessas estatísticas, o que eu acho muito positivo.

Também quero agradecer a evolução, a conscientização deste plenário quando se apresenta um projeto para animais, porque tem havido voto por unanimidade. Estudamos muito, não apresentamos projetos apenas por apresentar; apresentamos projetos que possam dar resultado aos porto-alegrenses e aos animais. Esse projeto permite hoje o que já aconteceu, a visitação de pessoas com o seu mascote a grandes estabelecimentos, que só foi suspensa porque levaram multa da fiscalização municipal, porque a lei proibia. Agora, com o apoio deste plenário, nós vamos auxiliar os grandes estabelecimentos, mesmo porque, nesses grandes estabelecimentos, hoje, tem um grande mercado *pet*, essas lojas desse grande grupo de São Paulo que está em todo o Brasil e que gera emprego e renda. Era isso, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente Márcio Bins Ely, publicamente quero cumprimentá-lo pela condução da nossa Câmara de Vereadores neste momento difícil, e cumprimentá-lo também pela atitude de nos proporcionar a volta ao nosso plenário, à nossa tribuna, ao nosso local de falar para a cidade, falar para a população.

Quero fazer uma homenagem e um reconhecimento ao prefeito Sebastião Melo pela atitude que sempre teve de tentar levar as crianças para a escola; hoje a juíza reconheceu que lugar de criança é na escola. As escolas municipais estão funcionando

com os devidos protocolos – protocolos estão na moda, tudo é protocolo, agora –, com os devidos cuidados, para que as crianças possam estar na escola, para que as mães possam trabalhar sabendo que as crianças estão num lugar seguro e apropriado. Prefeito Sebastião Melo, que foi nosso vereador, meus cumprimentos pela condução que o senhor tem tido nessa pandemia. Primeiro cuidou de ter leitos, mais UTIs contratadas pelo Município, garantindo a assistência nessa empinada – lá no interior a gente diz “empinou-se” –, o pico subiu demais e a Prefeitura de Porto Alegre se preparou: aqui não faltou, em nenhum momento, leito de UTI nem leito para internação. Hoje, com a decisão da juíza, não queremos achar nenhum culpado, não queremos desmerecer a luta da oposição, com o “fique em casa”, nenhum pouco, nós só queremos elogiar ou festejar – o melhor não é elogiar, é festejar – as crianças que estão indo para a escola, as professoras que estão cuidando da educação, desde os pequeninhos até o 1º e 2º ano, e aquelas pessoas que trabalham nas escolas também. Foram muito felizes, a própria secretária Janaina e toda a Secretaria de Educação do Município fizeram uma verdadeira cruzada para que as crianças estivessem na sala de aula a partir de segunda-feira. Espero que essa pandemia ceda mais ainda, para que toda a população possa voltar ao normal, para que possa voltar a trabalhar, porque muita gente, ou a grande, esmagadora maioria, quer trabalhar, e todos merecem cuidados. Vamos ter os cuidados, sem dúvida, todos, nas empresas, nos locais de trabalho, no serviço público têm que ter cuidado, mas com cuidado nós vamos seguir em frente e, se Deus quiser, vencer o vírus através da vacina. Nota-se que é a grande solução, o resto é conversa, hoje nós só temos uma solução: vacina, vacina e vacina. Prefeito Melo, parabéns pela sua condução em época de Covid! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Presidente Márcio Bins Ely, caros colegas, quero também me somar ao que a gente está celebrando, o retorno ao Plenário Otávio Rocha, à vida do parlamento é fundamental essa possibilidade de nós conversamos, ter o convencimento ou a capacidade de articulação também e de ver o Parlamento como um todo.

Presidente e demais colegas, eu gostaria aqui de fazer um convite a todos os vereadores: amanhã, quinta-feira, dia 6, às 10h, nós teremos o ato de sanção, pelo prefeito Sebastião Melo, de um projeto de lei da legislatura passada, de minha autoria, a Lei nº 8.420, conhecida como pacote contra corrupção. Aprovada por unanimidade pelos colegas vereadores, em dezembro do ano passado, agora será sancionada, na sua integralidade, pelo prefeito Sebastião Melo, a quem eu agradeço o reconhecimento e a parceria na condução desse tema importantíssimo para a nossa cidade. O pacote contra a corrupção traz o que há de mais moderno e relevante no nosso País no combate às irregularidades na administração pública, em gestão de contratos, *compliance*, que é um

programa de integridade para fornecedores, e também regulamenta a lei federal anticorrupção, de 2013, à realidade do nosso Município. Sem sombra de dúvidas, com a aplicação dessa lei na nossa cidade, teremos a oportunidade de ter a clareza dos processos administrativos, desde a fiscalização de obras e serviços até o pagamento, a remuneração dos prestadores de serviços e fornecedores da Prefeitura. Também teremos mais qualificação no planejamento de grandes obras na nossa cidade, fazendo com que, desde o momento do lançamento do edital de uma grande obra, de uma grande empreitada, a Prefeitura tenha que se manifestar com clareza à sociedade e, obviamente, à Câmara de Vereadores, sobre como fará a manutenção dessa obra pelos próximos dez anos. Portanto, a gente antecipa problemas, evita também os chamados elefantes brancos na nossa cidade, grandes obras que serviram, talvez, em algum momento, para fazer uma bonita foto na sua inauguração, mas que não havia nenhuma capacidade de manutenção na sua zeladoria, na sua engenharia ao longo dos anos. Também o pacote contra a corrupção traz uma série de benefícios na fiscalização, com o uso de novas tecnologias que nós aplicamos, inclusive, na gestão passada, na Secretaria de Serviços Urbanos, em diversos contratos e que agora não ficarão mais a cargo ou a vontade do gestor, mas, sim, se transformam em lei na nossa cidade. A partir da sanção de amanhã, pelo prefeito Sebastião Melo, do pacote contra a corrupção, todos os serviços que são capazes de ser mensurados terão que ter, obrigatoriamente, nas suas equipes, nos veículos e maquinários, GPS; os serviços deverão ser executados com foto do antes e depois; também há o pagamento por produtividade, com cláusula de desempenho, priorizando o pagamento, por exemplo, de capina por quilômetro realizado ou metro quadrado de grama cortada, e não mais por equipes ou por disponibilização de mão de obra.

Com isso a gente consegue trazer também mais tecnologia e produtividade aos serviços e facilita a fiscalização dos mesmos. O nosso pacote também fortalece o papel da Controladoria-Geral do Município, a qual inclusive destinei emenda parlamentar, das emendas impositivas do ano passado para aplicação neste ano, também para fortalecer o papel desse importante órgão do nosso Município, que tem a prerrogativa de analisar, com a lupa, item a item, processo a processo, aquilo que está sendo pago às empresas, fornecedores e prestadores de serviço da Prefeitura.

Portanto fica aqui o convite também para que os colegas possam lembrar, relembrar o que consta no pacote contra a corrupção de Porto Alegre, e que amanhã também possam se fazer presentes no Paço Municipal, na Pinacoteca Aldo Locatelli, às 10h, com o prefeito Sebastião Melo. Fica também o convite para que nós fiscalizemos, Presidente, a aplicação dessa lei; o meu gabinete certamente será um fiscal da aplicação dessa lei nos próximos anos para que a gente possa ter mais lisura nas contratações públicas de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Pois não, Ver. Aldacir Oliboni.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Presidente, queria, em nome da bancada do PT e da oposição, como vice-líder, pedir a sensibilidade da Mesa Diretora: a nossa representante, a Ver.<sup>a</sup> Laura Sito, está de licença-maternidade, por isso não pôde estar presente na reunião; na sua vaga assumiu a Reginete, mas, pelo Regimento, nós não podemos ter representante na reunião da Mesa Diretora. Então que se possa ter um assessor, indicado pela bancada, ou a gente agilize, assim que decidirmos, no colégio de líderes, um projeto de lei criando a possibilidade de uma suplência. Nesse sentido, acho que, enquanto não vier uma questão regimental, a presidência pode tomar a iniciativa de ao menos poder ter alguém acompanhando as reuniões, embora não possa votar, por uma questão de representação. Peço sensibilidade aos membros da Mesa Diretora. Muito obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely; boa tarde colegas vereadores; secretário Cassio, que acompanha esta sessão no dia de hoje. Quero dizer que fiquei muito feliz por podermos retornar a esta Casa, uma vez que aqui é o palco das grandes discussões, é o palco dos grandes debates, para que a gente possa, cada vez mais, robustecer com dados, com informações, com opiniões, com críticas, o governo municipal, que é o nosso prefeito Sebastião Melo e o nosso vice-prefeito Ricardo Gomes.

Aqui eu quero parabenizar a juíza Cristina Marchesan, da 1<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, que indeferiu o pedido das entidades que não queriam o retorno das aulas aqui em Porto Alegre, e a juíza tem que ser parabenizada porque manteve as escolas abertas. Quero dizer para vocês que nós temos tido o acompanhamento muito próximo do governo municipal – do prefeito Melo, do vice-prefeito Ricardo Gomes, da secretária Janaina –, que tem feito o seu melhor para manter as salas de aula e as escolas abertas. Nós não podemos admitir e não podemos, neste momento, ser demagógicos ou não ver, não conhecer, Presidente, a realidade das ruas. As nossas crianças pequenas estavam, sim, em lugares que não eram adequados, com cuidadoras, com mães crecheiras, em locais pequenos com mais de 20, 30 crianças ali empilhadas. Os nossos adolescentes que não podiam ir para a escola, podiam ser cooptados, sim, pelo crime, pelo tráfico, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, sabemos a realidade das ruas, estavam jogando futebol, estavam em festas clandestinas, mas lugar de criança e de adolescente é na sala de aula. Nós precisamos que os professores que são bons, aqueles professores municipais que se interessam realmente com a educação, com o conhecimento, em repassar boas informações aos seus alunos, recebam os alunos de braços abertos. Queremos professores de braços abertos, escolas limpas, escolas felizes, porque ali dentro é o lugar seguro para as crianças. E sobre segurança eu sei falar, sei muito bem. Não tem criança nem adolescente seguro na rua, não tem criança nem adolescente seguro estando em qualquer lugar que não seja na sala de aula. Eu quero parabenizar, sim, as diretoras que organizaram suas escolas, que fizeram mutirões com

os pais e as mães. Só não vê quem não quer. Tem um grupo, sim, muitos grupos com poucas pessoas, uns gatos pingados, Cecchim, que não querem a volta às aulas; mas eu confio nas professoras municipais, porque elas sabem da importância que todos nós damos a elas, da importância que elas têm no desenvolvimento, inclusive, social e econômico da Nação, porque é ali na sala de aula que existe a grande transformação do cidadão.

Então quero aqui, rapidamente, dizer que fico muito feliz com o retorno às aulas. Parabenizo a juíza que não se rendeu aos pequenos gritos das pessoas que não representam a grande maioria de Porto Alegre, que tem 1,5 milhão de pessoas. E digo: continuem firmes, Sebastião Melo e Ricardo Gomes; aqui, nós somos os vereadores que vão estar dando o grande respaldo para vocês. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores. Primeiro, gostaria de agradecer, Presidente, e parabenizar a todos, porque estamos voltando novamente para o plenário, importante estarmos olhando nos olhos de cada um dos representantes aqui presentes. Hoje eu vou falar de um tema muito importante para a nossa cidade, o assunto é: volta às aulas. Quero parabenizar o prefeito Sebastião Melo e a secretária de Educação Janaina Audino, que estão sendo incansáveis em garantir o direito à educação para toda criança de Porto Alegre. Eu estou também nessa luta sendo incansável, indo a todas as escolas da rede municipal, da rede comunitária, porque eu fui eleita aqui para garantir que cada criança deste Município tenha a possibilidade de desenvolver a sua plena capacidade como indivíduo. O que acontece quando nós temos polarizações ou políticas em cima da volta às aulas? Algumas crianças ficam menos favorecidas com a possibilidade de ter direito à educação. Por isso, colegas vereadores, eu gostaria de trazer para vocês que a nossa rede municipal, a nossa rede comunitária está retornando às aulas com maestria, com muita vontade, com protocolos rígidos, com muita seriedade. Eu tenho certeza de que a geração Covid-19 aqui do nosso Município, se depender do prefeito e de nós, colegas vereadores, que estamos aqui lutando para que cada criança volte para a sala de aula, conseguirá passar da melhor maneira possível por este momento, em que ficamos quase um ano sem aulas.

Gostaria de trazer também que temos vereadores e lideranças políticas que não querem a volta às aulas e acabam, por vezes, discriminando algumas crianças, enquanto outras têm acesso à educação. Por isso, Presidente, colegas vereadores, eu considero que nós temos um pacto com cada criança deste Município ao garantir a educação para todos. Ouvimos falas falaciosas por parte de vereadores que querem garantir uma politização da educação, o que deveria ser – e é, na Constituição – um direito essencial para todo cidadão.

Agradeço a oportunidade de estar aqui representando, porque eu sou mãe de dois filhos pequenos e me coloco sempre no lugar deles; imagino que cada criança deste Município deve ter as mesmas oportunidades dos meus filhos, principalmente no direito à educação. Por isso, contem comigo para estar na rua, para estar nas escolas defendendo os nossos jovens, as nossas crianças. Parabéns, novamente, prefeito, secretária de Educação e todos os vereadores aqui que também, junto comigo, estão lutando para a volta às aulas das nossas crianças.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, assessores, imprensa. É interessante, eu escutava as várias falas, e as mulheres que me antecederam estão todas preocupadas com a educação; o que mostra claramente que nós sabemos a importância de as crianças estarem em lugar seguro. Lugar de criança é na escola. Todas estavam aqui falando sobre essa necessidade, sobre essa preocupação. Leio aqui que a juíza Cristina Marquesan, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, indeferiu o pedido de várias entidades reivindicando a suspensão das aulas presenciais em todo o Rio Grande do Sul. Por outro lado, eu escuto a possibilidade de uma greve dos trabalhadores em educação da rede municipal de ensino em Porto Alegre. Era só o que faltava para que demoremos ainda mais para resolver esse impasse da volta às aulas presenciais de forma geral. A categoria contesta o retorno presencial sem que esteja vacinada. Motoristas, cobradores, balconistas de lojas trabalharam todo esse tempo sem a vacina e atendendo grande parte do público de pessoas das mais diferentes áreas e idades, com riscos. Nas escolas, tudo será adaptado quanto ao distanciamento e à higiene. Imagino que os professores e funcionários das escolas sejam os primeiros a cuidar de forma muito, muito responsável para que tudo dê certo. Inclusive, o prefeito Melo, que tem sido incansável nessa causa de trazer as nossas crianças de volta para as aulas presenciais, disponibilizou aos professores, aos servidores teste de Covid-19 de 21 em 21 dias. Ora, nós sabemos que a vacinação para esses profissionais tem que ocorrer o mais rápido possível, mas enquanto isso não ocorre, a testagem pode ajudar muito. Será uma pena se essa paralisação ocorrer. Isso só vai evidenciar ainda mais a distância da qualidade entre a educação pública e a educação privada. As escolas particulares deram aulas *on-line* desde o início da pandemia, agora estão prontas para retomar. Nas públicas, enfrentando o problema da tecnologia – nós sabemos que isso existe –, muitos alunos ficaram sem os conteúdos, não conseguindo estudar. Agora, se paralisarem o ensino, o que vai acontecer com essas crianças? O ensino privado segue, o público estaciona. Fica um abismo, uma diferença muito grande, e isso se refletirá lá na frente numa grande diferença social e econômica, como já se projeta.

Faço aqui um apelo como filha, como irmã, como tia, como mãe, como avó de quatro pequenas crianças, por favor, a todos os professores da rede pública: não entrem em greve, se coloquem no lugar dessas mulheres que são chefes de família, arrimo, que trazem a comida para casa e que precisam trabalhar, mas que necessitam ter seus filhos em segurança. Lembrem daquele caso em Recife, quando uma doméstica precisou levar o seu filho para o trabalho porque não tinha onde deixar; enquanto a patroa fazia as unhas, essa doméstica, mãe desse menininho, levou o cachorro para passear, e o menino caiu e morreu. Lembrem, quando sentirem qualquer vontade de fazer greve, que a vida de uma criança é muito importante. Nós precisamos da ajuda de todos, da união de todos, isso se sobrepõe a partidos políticos e a ideologias partidárias. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB):** Boa tarde a todos os colegas da Casa, a todos aqueles que estão nos assistindo de forma remota. É com muita alegria que eu estou hoje aqui falando nesta tribuna – é a primeira vez como vereadora eleita. Já estive aqui outras vezes, em debates acalorados sobre escola, sobre doutrinação, etc., mas o que me traz aqui hoje é outra pauta. Eu estou muito satisfeita de ver que a nossa cidade, enfim, em diversos aspectos, está acordando para o século XXI. Foi penoso, demorado; muitos, inclusive, perderam a esperança de que este dia, algum dia, ia chegar e acabaram indo embora de Porto Alegre, buscando novas possibilidades em outras cidades. A gente teve reuniões nesta semana, na semana passada e na semana retrasada com excelentes temas, com pessoas ligadas ao governo e ligadas à iniciativa privada que puderam nos mostrar que a cidade, sim, está andando para uma outra direção, uma direção de geração de riqueza, de oportunidades, de empregos, de renda para os jovens, para que os nossos filhos não precisem mais olhar para fora daqui para terem uma vida melhor.

Estive visitando o Instituto Caldeira, que me trouxe uma surpresa muito grande quanto ao tamanho do trabalho que pode ser realizado lá dentro, com inovação, com tecnologia, com novidades com as *startups*, com a troca de conhecimento, inclusive com universidades de outros lugares do mundo. Aquilo lá vai ferver de cultura, de tecnologia e de crescimento para a nossa cidade.

Esta semana eu estive em reunião com o diretor Ricardo Sondermann, que está fazendo, ainda no mês de maio, algo que há muito tempo eu gostaria de ver em Porto Alegre. Ele vai começar a olhar para a área rural de Porto Alegre, que é uma área que tanto precisa de ajuda, que é uma área que foi tão penalizada por um excesso de regras e burocracias que empobreceram a nossa área rural de Porto Alegre, expulsando produtores, fazendo com que pessoas tivessem que se desfazer do seu gado, de uma vaquinha, duas, que tinham para produzir queijo, leite, manteiga, nata, que essas

peças vendiam nas feiras orgânicas de Porto Alegre, mas foram impedidas disso pelo excesso de burocracia – ou “burrocracia” –, pelo excesso de leis que não pensam na ponta, em quem está produzindo emprego, em quem está gerando emprego, em quem está sustentando a sua família. Ele vai fazer uma ação inédita em Porto Alegre: uma troca de tecnologia entre *startups* do agro de Israel e *startups* do agro daqui de Porto Alegre, envolvendo tecnologia e inovação, com alguns produtores da área rural de Porto Alegre. A Prefeitura vai abrir uma linha de microcrédito para quem quiser aprender a produzir mais, a produzir melhor, a inovar, a plantar coisas que não são comuns de serem plantadas aqui, mas que geram muito mais renda do que plantar alface, por exemplo, que é uma coisa que tem em abundância. A isso, vão se juntando uma série de ações maravilhosas.

Hoje de manhã, nós estivemos visitando o empreendimento da Multiplan, que está recém começando, ali na área do entorno do Jockey, para ver o que eles pretendiam fazer naquela área que fica entre os campos de futebol do Grêmio e o Iate Clube Guaíba. É um maravilhoso espaço que vai ser entregue à população, revitalizado, urbanizado; uma praia será entregue à população, como Porto Alegre não conhece, sem ter que ir à Ipanema, praia de areia branca, com água limpa, na beira do entorno do Guaíba, entre o Pontal e o Iate Clube Guaíba. Então, gente, é uma cidade nova que está surgindo! O empreendimento vai ter como contrapartida uma série de benefícios para bairros ligados à Zona Sul, que não tinham parques, que não tinham canchas de esportes, melhorias para o lazer dos jovens. Então, a contrapartida desse projeto é algo milionário, como nunca se viu antes na nossa cidade. E tudo isso é importante para que a gente restaure a confiança em Porto Alegre, a autoestima da cidade e que a gente pare de exportar talentos e jovens para outras cidades e para outros estados. Porto Alegre está, enfim, acordando para o século XXI. A gente tem ainda o projeto do Embarcadero, que está para ser inaugurado entre maio e junho, que vai ser revolucionário ali.

Para concluir, Porto Alegre vai ser uma cidade completamente diferente do que nós conhecemos, daqui a quatro anos. A gestão municipal está de parabéns, e nós somos parceiros para continuar indo em frente. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não há mais inscritos em Liderança. Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0234/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 072/21,** de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que inclui o evento Semana Municipal da Internet mais

Segura no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 14 de agosto. **Com Emenda nº 01, da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (SEI 161.00020/2021-43)**

**PROC. Nº 0386/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/21**, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – Recupera POA. **(SEI 118.00119/2021-99)**

**PROC. Nº 0406/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/21**, que altera o art. 27, o art. 38, os incs I e II do art. 39 da Lei Complementar nº 628, de 17 de agosto de 2009; e o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 444, de 30 de março de 2000 alterando a administração do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Municipal do Idoso. **(SEI 118.00121/2021-68)**

**PROC. Nº 0192/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 058/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que reconhece, no Município de Porto Alegre, a prática de atividades físicas e exercícios físicos como essencial em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais e dá outras providências. **(SEI 034.00039/2021-36)**

**PROC. Nº 0365/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/21**, de autoria dos Vers. Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Gilson Padeiro, Mauro Zacher, Kaká D'Ávila, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim, Claudio Janta, Airto Ferronato e Pablo Melo e das Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia, Psicóloga Tanise Sabino, Cláudia Araújo, Mônica Leal, Fernanda Barth e Lourdes Sprenger, que institui auxílio emergencial de prestação continuada às parcerias geridas por organizações da sociedade civil nas Escolas Comunitárias de Educação Infantil, na Educação integral, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, para jovens de 15 a 17 anos – Projovem Adolescente – e para idosos, e no Serviço de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência do Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Zacher; Emenda nº 02, da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth; Emenda nº 03, da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo e Emenda nº 04, do Ver. Hamilton Sossmeier. (SEI 158.00048/2021-94)**

**PROC. Nº 2673/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/16**, que institui o Código Municipal de Convivência Democrática e revoga as leis que refere. **(SEI 014.00015/2021-05)**

**PROC. Nº 0285/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 097/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui a efeméride Dia Municipal em Memória das Vítimas da Covid-19 no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário

de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 12 de março. (SEI 208.00091/2021-81)

**PROC. Nº 0333/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/21**, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Dirleia Severo Pereira o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Quinze – Loteamento Parque do Salso–, localizado no Bairro Restinga. (SEI 165.00031/2021-20)

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Questão de Ordem):** Sr. Presidente, eu gostaria de reproduzir um áudio para todos os colegas vereadores, de uma ameaça e constrangimento que um vereador está fazendo contra outro parlamentar da Casa e que será motivo, mais uma vez, de um processo na Comissão de Ética na Câmara.

(Procede-se à reprodução do áudio.)

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Questão de Ordem):** Por conta dessas mentiras, acusações, tentativas de intimidação, pela segunda vez, neste ano, estamos apenas no quarto mês de atividade parlamentar, o Ver. Jonas Reis comete então essa injustiça com a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel; pelo que ela fez, exclusivamente, fazendo o papel de vereador, fiscalizando as escolas, sem nenhuma ameaça a qualquer servidor público. Então, eu quero deixar registrado e de conhecimento deste plenário e da sociedade porto-alegrense, sobre essa postura desleal, desonesta do Ver. Jonas Reis, que responderá, mais uma vez, na Comissão de Ética desta Câmara, e nós vamos acionar também por meio judicial. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras; boa tarde, cidade de Porto Alegre. Eu venho até esta tribuna para trazer elementos que a gente possa discutir com propriedade aquilo que interessa ao povo de Porto Alegre. Mais uma vez continuamos, nesta Casa, sem discutir o que interessa. O povo hoje nas filas quilométricas, três lugares só de vacinação! Buscando vacinas! E nós aqui, numa pauta que discute... (Problemas na conexão.) ...Carris. Aí sim está a questão: querem vender o patrimônio da cidade, sem consultar o povo! Por isso importa muito construir um bom debate, a boa elaboração coletiva com a cidade. Não só os vereadores, não só as vereadoras. Porto Alegre precisa de mecanismos para proibir que poucos participem. Poucos estão participando. Só nós nas sessões *on-line*, ou só nós aqui na tribuna. Porto Alegre precisa se apropriar dos elementos, e o Prefeito coloca seu desejo de privatizar a Carris. Então, esse projeto do Ver. Oliboni é muito importante, extremamente importante, porque traz mecanismos para que a gente possa proibir

aqueles que não querem discutir com o povo de Porto Alegre. O povo precisa discutir; por isso é fundamental que a gente aprove...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, o período de Pauta é para discutir projetos que estejam na Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Não está na Pauta o projeto do Oliboni sobre a Carris?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não está.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Pois bem, me confundi e achei que estava na Pauta do dia o projeto de lei de iniciativa do Ver. Aldacir Oliboni, que trata da Carris. Mas a questão central para nós, que importa muito, é sobre a Covid, por isso a fala que eu vinha fazendo é pertinente a este momento, a esta sessão do dia de hoje, porque nós temos aí no Brasil mais de 400 mil mortos! E com isso nós não podemos compactuar, que aumente mais e mais. Nós precisamos ter energia! E parabéns ao Ver. Leonel, por homenagear as pessoas que infelizmente tombam nesta cidade, porque não é simples combater à Covid. A Covid se combate com distanciamento social, e nós afrouxamos; e os cientistas estão colocando que o Brasil afrouxou, e está perto de vir uma terceira onda. Então, parabéns ao Ver. Leonel Radde por propor uma homenagem a quem perdeu sua vida. Quem perde a vida não fica mais entre a gente, e aí é muito triste, muitas famílias estão sofrendo, recentemente a gente sofreu aqui na Câmara. E quero dizer mais: a solução não é abrir as escolas de qualquer jeito; a solução é pagar o que devem para as escolas. As escolas comunitárias não receberam todo o valor. Não receberam! E tem um projeto de lei aqui que busca fazer com que elas recebam de fato o que é seu de direito. As escolas conveniadas deste Município prestam um serviço essencial – não só as escolas, várias outras instituições. Por isso nós estamos com quem constrói o serviço público lá na ponta. As instituições conveniadas são fundamentais, agora, é fundamental também, líder Cecchim, que o governo crie mecanismos para acolher essas pessoas. Eu vejo aqui o secretário Cassio Trogildo, que é um homem de muito diálogo; e é importante que o governo também pense nisso, porque, talvez aqui na Câmara não se resolva essa questão do repasse que não está indo integral para as conveniadas – talvez aqui não se resolva, mesmo aprovando esse projeto que terá o meu voto favorável. A questão é também orçamentária, portanto, é uma prerrogativa do Executivo. Se o Executivo não o fizer, não teria aqui um vício de origem? Então, eu pergunto, Ver. Giovane Byl, a essa questão nós precisamos nos atentar para ver se não tem um vício de origem, nossos juristas, para poderem nos ajudar, e nós queremos ajudar as escolas conveniadas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Sr. Presidente, eu queria aproveitar que o Ver. Jonas está descendo da tribuna para agradecê-lo, ele fez um *card* com o meu discurso, na Câmara, e ele falando: eu nunca recebi tantos elogios. Eu queria pedir para ele continuar fazendo isso.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente; colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde em que voltamos em sessões mistas, aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. É claro que diante de algumas manifestações bastante radicalizadas, acaba tendo a reação. Mas como estamos no espaço democrático, eu creio que temos espaço para ter o diálogo também com a Mesa Diretora, até porque, às vezes, os vereadores e as vereadoras, numa discussão acalorada, acabam utilizando alguns termos não adequados. Por isso tenham o reconhecimento deste líder da bancada do PT para poder conversar com os demais líderes, vereadores e vereadoras.

E me detendo aqui à Pauta, temos este projeto do governo, o Recupera POA, e o nobre secretário de governança estava aqui há pouco, o ex-vereador Cassio. Acho muito importante, Ver. Cecchim, que o governo possa mandar para esta Casa uma Mensagem Retificativa com relação a esse projeto, porque nós percebemos que esse projeto, especificamente, coloca todos os inadimplentes no mesmo tratamento, ou seja, aqueles que têm R\$ 50 milhões em dívidas com o Município, seja aqueles que têm o IPTU de um ano, dois anos ou dez anos. Então, o desconto de até 90% para esses cidadãos, ou empresas inadimplentes, como é o Banco Itaú, ou o Ronaldinho, não podem ter o mesmo tratamento que tem um cidadão comum com o IPTU atrasado. Então, eu acho que é de extrema importância o governo rever, até porque eu sei que o Cecchim sinalizou numa reunião de liderança que o governo tem pressa de votar o projeto de lei, e assim por diante. Nesse sentido, nós queremos abrir o diálogo, não queremos votar contra, mas desde que ajude o pequeno a se recuperar da situação em tempos de pandemia, mas não abra a porta para os grandes sonegadores. Me parece que o tratamento tem que ser diferenciado, não é algo que pode tratar como a mesma situação a dívida do Banco Itaú e de um cidadão que teve uma microempresa que quebrou e está endividado, que precisa de um subsídio para se recuperar e voltar a abrir o seu negócio. Então, eu quero dizer que a bancada do PT está atenta a isso, quer conversar com o governo para melhorar esse projeto de lei e poder viabilizar a votação em conjunto com o governo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Boa tarde, Presidente Márcio, demais vereadores. Infelizmente, hoje, não consegui me deslocar até a Câmara para participar de forma presencial, mas estou acompanhando aqui e fico feliz de nós estarmos retornando. Quero parabenizar o Ver. Márcio, que ficou muito bem na presidência, o primeiro dia presidindo os trabalhos no nosso plenário principal e os vereadores de primeiro mandato este ano que hoje é a primeira sessão no nosso plenário. E Ver. Jonas, quero fazer uma conversa de vereador, de colega de trabalho, com o Ver. Jonas Reis do PT, que ele tem que entender que ele deixou de ser o sindicalista Jonas, que a sua profissão acho que não é professor, é sindicalista. Não precisa mais pular para entrar na Câmara, nem precisa... (Problemas na conexão.) ...subir em cima das mesas e nem pode mais atuar como sindicalista. V. Exa. agora é um vereador e o senhor tem que tratar com respeito os seus colegas vereadores e tem que entender que as escolas públicas, elas são públicas, e os vereadores, não só os vereadores do PT, podem ir até as escolas. A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está fazendo um excelente trabalho, mesmo durante a pandemia, visitando escolas, dedicando-se à educação, é sua bandeira de luta a educação, e a vereadora tem feito um excelente trabalho. Então, o senhor ficar ameaçando as pessoas, como o senhor fazia quando sindicalista, não cai muito bem no meio dos seus colegas. Então, eu acho que o senhor precisa entender melhor a sua nova postura de vereador, porque se o senhor não entender, e não é ameaça, o senhor vai continuar sendo colocado na questão da Comissão de Ética; em uma das oportunidades, quem sabe, pode acontecer que os vereadores percam a paciência com Vossa Excelência. Então, Ver. Jonas, o senhor agora é vereador, não mais sindicalista. E o senhor tem que respeitar os seus colegas vereadores. Parabéns, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, continue fazendo seu excelente trabalho.

Mas eu quero aproveitar este tempo, até nem ia falar sobre este assunto, o assunto sobre o qual eu gostaria de falar era transporte público. Estou bastante preocupado com o transporte público. Fico feliz que a educação, as escolas estão voltando, espero que os professores voltem às aulas, deem a aula, as escolas retornem, que é importante, mas nós precisamos sim nos preocupar com o transporte público na cidade de Porto Alegre. O transporte público já vem com problema ao longo de muito tempo, vem diminuindo o número de passageiros, existe, após a licitação e antes mesmo já era assim, um sistema de valores conforme o número de passageiros. Hoje o transporte público de Porto Alegre, ele é consorciado, ele é uma passagem social em que se faz um banco em que todos os recursos vão para o mesmo lugar e, independente da passagem, tem o mesmo valor. Então, isso é uma passagem social e, nos últimos anos, começou a diminuir o número de passageiros com a entrada dos aplicativos que se acentuou, diminuiu mais ainda e a passagem começou a ficar com o preço obsoleto, baixo, e com isso o transporte tem piorado no atendimento, porque diminuí o número de passageiros, diminuem os recursos, e nós viemos com essa discussão já há alguns anos. Com a chegada da pandemia, no ano de 2020, se agravou mais ainda. Os ônibus de Porto Alegre foram mantidos, o número de passageiros diminuiu, ainda se proibiu passageiros em pé; então, teve uma série de fatores que levou o sistema de transporte público de Porto Alegre a ter uma dificuldade ainda maior. No final do ano, foi feito um

acordo entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e as concessionárias do transporte público e foi feito um aporte inclusive, com relação com o governo federal, de R\$ 39 milhões para garantir o transporte público - um subsídio para garantir o transporte público. Neste ano de 2021, este novo governo enfrentou já nos primeiros meses o mesmo problema, o transporte continua tendo problema, o governo subsidiou as passagens até o mês de abril, acho que foram quatro, oito parcelas, se não me falha a memória, somando R\$ 16 milhões para subsidiar o transporte público e manter o preço da passagem de R\$ 4,55. E acontece que agora vai ser revisto, nos próximos dias, o preço dessa passagem, já está se falando em R\$ 5,20, ou talvez até um valor maior, e a Prefeitura vai ter um novo problema que é ou vai ter que subsidiar, ou a passagem vai ter um valor muito alto. Cada vez mais vai diminuir mais o número de passageiros e mais tem que subir a passagem. Então, eu faço um apelo ao Executivo e aos vereadores, aos colegas vereadores, para que a gente possa enfrentar matérias relacionadas ao transporte. Das duas uma, ou nós vamos rever a forma como ela é construída, assim como já estão sendo vistos, numa negociação entre a Prefeitura e as concessionárias mediado pelo Judiciário, os contratos, mas nós aqui vamos ter que ver também as questões como os cobradores, a parte eletrônica, nós vamos ter que ver também a questão da passagem, de como ela é composta, quem paga, quem não paga a passagem escolar, quem tem direito, quem não tem direito. Nós temos que enfrentar essa matéria. E mais ainda, nós temos que decidir: ou nós enfrentamos essa matéria, ou o governo vai ter que continuar subsidiando o transporte público. E isso custa, porque são R\$ 39 milhões em 2020, R\$ 16 milhões nos quatro primeiros meses, isso já soma quanto? R\$ 55 milhões. São recursos que deixam de ir para a educação, para a segurança, para a saúde, então, nós temos que rever o transporte público, temos que rever a questão da Carris e são discussões sobre as quais a Casa precisa se debruçar e ver o que ela realmente quer. Ou subsidia o transporte para ter uma passagem mais barata ou revê todo o sistema de transporte para que a gente possa continuar prestando um bom serviço à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, realmente assusta todos nós, todos os brasileiros, todas as brasileiras, a questão da Covid, de usar essas máscaras que a gente tenta se adaptar e sabe que salvam vidas, mas também nós não podemos, nesta situação da Covid - já falei várias vezes na tribuna, desde o ano passado -, trazer para dentro da questão da Covid a questão Grenal, maragato e chimango, politizar demais a questão da Covid. O Ver. Jonas fala aqui que a Prefeitura de Porto Alegre não fez isso, que a Prefeitura de Porto Alegre não fez aquilo, que tem que vacinar os professores, que tem que... Tem que vacinar todo mundo, todo mundo. Eu estou chuleando, todo dia que eu pego ali, eu estou chuleando

para que chegue o meu dia de tomar a vacina e me preocupando, que hoje abriu para 58, 59 anos, filas e mais filas de pessoas. Só que a gente não pode jogar as coisas ao vento. Quando eu falo isso, eu falo que o Jonas jogou ao vento que uma Prefeitura comprou o triplo de vacinas do que precisava, uma Prefeitura do seu partido. Eu o questionei perguntando onde seria aplicado o restante das vacinas. Em quem seria dado o restante das vacinas? É como dizer que o exemplo que temos que seguir é o exemplo de São Leopoldo, onde os professores foram encaminhados para a xepa - as sobras da vacina. Querer que uma cidade do tamanho de Porto Alegre faça isso é uma dificuldade muito grande. Agora, nós precisamos despolitizar, é o papel do vereador fiscalizar. É o nosso papel, nós não podemos abrir mão desse papel. E ninguém é dono de nada, ninguém é dono de setor ou segmento nenhum. Não pode, porque um vereador é da oposição ou da situação não ir visitar um posto de saúde, não ir visitar uma escola, não ir visitar uma creche. Aí nós viemos aqui e cobramos que o governo tem que ter vaga na creche. Aí o governo faz convênio com a creche, mas isso não é válido, porque foi o governo que fez, o governo ao qual eu sou oposição. Não estou dizendo que nós temos que aplaudir tudo que o governo faz, mas nós temos que estudar o que os governos fazem, senão hoje se fala muito... O Ver. Oliboni vinha me dizendo: “Ah, tu tens um projeto aqui que eu quero tu votes na questão da Carris.” Mas a Carris, nós temos que discutir a Carris, nós temos que debater a Carris. É de quem a culpa de a Carris estar na situação em que está? De quem é a culpa? Isso foi dos ônibus que foram comprados na década de 1980 e 1990? Que tinha contrato assinado com uma empresa de carroceria, outro contrato com uma empresa de motor e que dificulta até hoje a questão financeira da empresa.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** V. Exa. permite um aparte?

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Eu lhe dou um aparte, Ver. Oliboni.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre colega Ver. Janta, realmente nós estamos num projeto na semana que vem que exige uma consulta popular, um plebiscito para poder privatizar a Carris, o DMAE, e assim por diante. Inclusive, visualizei que V. Exa. também tem um projeto nessa direção, que até o ano passado estava na Ordem do Dia. E por isso eu me sensibilizei, fui na sua direção, de dizer o quanto é importante uma empresa pública, até porque, de fato, concordo com o senhor, muitas gestões não trabalharam para poder ter um superávit da Carris, mas sim sucatearam a Carris. Agora, em tempos de pandemia, 20 linhas que as... (Problemas na conexão.) ...concessionárias não fizeram, quem fez o transporte desses cidadãos, em vilas, em comunidades, que não dá lucro, foi a Carris. E ela não recebeu retorno do governo necessário, desse aporte financeiro, no final do governo Marchezan e agora, R\$ 16 milhões, do governo Melo. Por isso, é importante, eu concordo contigo, temos que debater para poder encontrar uma alternativa.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Ver. Oliboni, eu quero lhe dizer que eu fiz um projeto na questão do plebiscito, mas depois do plebiscito do Pontal do Estaleiro, eu revi minha questão do plebiscito. Acho que o maior plebiscito que nós temos são as urnas, maior plebiscito que nós temos é a possibilidade de fazer... Senão a emenda que eu fiz na questão do cercamento dos parques, a emenda de minha autoria no projeto do Ver. Nereu D'Avila que tinha que ter plebiscito. Só que nós vimos a inviabilidade de realizar o plebiscito já que quem faz esse plebiscito é a justiça eleitoral, e a justiça encaminhou para esta Casa, deve se encontrar aqui nos documentos da Casa, um orçamento para fazer o plebiscito. Eu acho que nós temos que discutir várias questões, várias questões importantes para a cidade de Porto Alegre. Agora, Ver. Jonas, o senhor não pode macular a imagem dos sindicalistas. Eu estava falando com o pessoal ali que nem todos os sindicalistas invadem Câmara de Vereadores, nem todos os sindicalistas chutam um membro desta Casa, quando está aqui no púlpito, como o senhor o fez comigo na gestão passada quando invadiu esta Casa. Agora, sindicalistas discutem alternativas, eles discutem meios de gerar emprego e renda, meios de aquecer a economia, porque capital e trabalho andam juntos. Se não houver emprego, nós não teremos o nosso emprego. Se não tiver o nosso emprego, não terá empresa, e o grande inimigo nosso, o grande sócio oculto que ninguém convidou para esta mesa, muitas vezes, se furta de discutir, é o governo, o qual o senhor muitas vezes representa aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, Presidente... (Problemas na conexão.) ...que é o assunto, que é a Covid e fico feliz que esteja sendo pautado o nosso projeto de lei, que traz esta data de memória às vítimas da Covid e quero me solidarizar com toda a população de Porto Alegre que se encontra neste momento nas filas em alguns lugares dando quatro voltas na quadra, em outros, uma fila que vai da PUCRS até Viamão. Isso tem responsabilidade direta do prefeito Sebastião Melo e da sua péssima administração vinculada à vacinação e ao combate à Covid. Essa nossa proposta de data de memória às vítimas da Covid é justamente para que a gente nunca mais esqueça o que a nossa cidade passou durante esse período. É óbvio que as mortes não têm relação com políticos diretamente, mas sim com as suas escolhas. Ninguém pode prever uma pandemia, mas a gente sabe como a ciência nos dá o caminho e o que nós devemos fazer para mitigar os danos causados por algo dessa magnitude. Me causa muito desconforto, muita tristeza escutar frequentemente o argumento de que as aulas devem retornar neste momento porque as outras categorias já retornaram durante a pandemia. E o Ver. Janta sabe que eu estou falando a real, porque ele é um grande batalhador da vacinação dos profissionais do comércio, o Ver. Janta é um grande lutador por essa

pauta também e ele sabe que o que estou falando é verdade, quando digo que a maior quantidade de mortos está justamente na categoria dos comerciários, na categoria dos balconistas, dos frentistas, dos motoristas de ônibus. Ali, nós temos uma quantidade de mortes absurda – e são mortes anônimas. Trata-se de pessoas que foram obrigadas a continuar trabalhando para a nossa economia não quebrar, já que não tivemos políticas públicas de isolamento social, de distanciamento, de renda, de garantias de emprego. Nós simplesmente precarizamos a tal ponto que forçamos essas pessoas a continuarem trabalhando. E elas morreram. Mas não há uma comoção nacional para essas categorias, assim como não há para os profissionais da saúde que morreram, nem para os balconistas, para os frentistas, cobradores e motoristas de ônibus, motoristas de aplicativos, vigias, faxineiras. Essas categorias foram dizimadas de forma silenciosa durante essa pandemia, e me causa muita dor, muito desconforto que nós utilizemos esses exemplos para justificar que professores e professoras, serventes de escola, agora retornem às atividades presenciais. Porque afinal de contas os outros já morreram, então está na hora de outras categorias morrerem também. Então, é insano o que está acontecendo, e eu espero que a história julgue aqueles que estão menosprezando a vida das pessoas, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Espero mesmo, porque a situação é tão dramática que parece que nós perdemos a nossa humanidade nesse contexto.

E eu quero deixar aqui também minha homenagem ao ator, grande cidadão, Paulo Gustavo, que foi a óbito, ontem, por complicações da Covid-19, deixando o Brasil um pouco mais triste. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pablo de Melo está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR PABLO MELO (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; quero elogiar o projeto de lei de autoria do Ver. Freitas, que trata da inclusão da prática de atividades físicas e exercícios físicos como essencial em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais, neste momento de pandemia. Quero me solidarizar com cada pessoa, cada familiar que perdeu um ente querido. Infelizmente, Presidente Márcio, chegamos à triste marca de 400 mil pessoas que foram a óbito no nosso país. Então, fica aqui a nossa solidariedade.

Mas muito tem se falado, nesta Câmara de Vereadores, sobre a atuação da Prefeitura, Ver. Cecchim, e a Prefeitura de Porto Alegre junto com esta Câmara está de parabéns pelo serviço que tem feito nesse período de pandemia. Nós chegamos à marca de 390 mil pessoas imunizadas, na primeira dose; nós chegamos à marca de 201 mil pessoas que tomaram a segunda dose; no mês de abril, tivemos mais de 265 mil pessoas imunizadas no nosso Município; no período do início até o final de abril, caiu 33% o número de pessoas em UTIs da nossa cidade; baixamos em 86% o número de pessoas em filas, Ver. Oliboni, nas emergências da nossa cidade; e também tivemos uma queda de 81% de pessoas nas nossas UPAs. O que eu quero dizer, vereadores e vereadoras,

que a Prefeitura e a Câmara de Vereadores estão fazendo a sua parte, mas eu vejo, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, com muita desconfiança, já notei que nesta Câmara tem uma turma que é contra tudo e a favor de nada. Porque nada pode ser mais vil e hipócrita do que ver um representante da “larapiolândia” falar que o nosso governo não está fazendo tudo o que é possível. Aliás, me parece que eles estão sem pauta. Batem centenas de pessoas, todos os dias, pedindo todo tipo de demanda na nossa cidade, então, parece que está faltando trabalho nesta Casa. Eu sei, o laráprio está livre. Eles estão sem pauta. Por isso, vamos trabalhar, vereadores. A Prefeitura está fazendo a sua parte, e os vereadores, a esmagadora maioria, Comandante Nádia, está fazendo a sua parte, apoiando a Prefeitura e as ações contra a Covid-19. Um fraterno abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para entrarmos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h21min:** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0313/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 019/19**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que revoga o art. 15-A da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina dos tributos de competência do Município. **(SEI 087.00188/2019-38)**

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto.

#### **Observações:**

- com Emenda nº 02, do Ver. Moisés Barboza (líder da Bancada do PSDB);
- retirada a Emenda nº 01;

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- adiada a discussão por uma Sessão em 19-04-21;
- incluído na Ordem do Dia em 19-04-21 por força do art. 81 da LOM;
- discutiram a matéria a Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo e o Ver. Pedro Ruas em 03-05-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLCL nº 019/19. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Presidente Márcio, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, eu fiz questão de me inscrever em primeiro lugar, até porque quando ingressei na sessão na segunda chamada, estavam conversando os vereadores Pedro Ruas e Moisés Barboza sobre uma emenda que teria sido apresentada pelo Moisés. O que nós temos antes da existência desse art. 15-A, que não havia necessidade do pagamento de tributos, o comprador do imóvel, ao comprar o imóvel, se tivesse algum débito pendente, comprava junto o débito. Foi assim que surgiu esse artigo, exigindo... (Problemas na conexão.) ...E me parece que, pela emenda do Ver. Moisés, essa questão teria sido sanada, ou seja, nós temos que ter o cuidado de aprovar o projeto, desde que ele não carregue sem o artigo o tributo devido anteriormente para o comprador. Portanto, faço essa indagação ao Ver. Moisés e, se isso estiver sanado, eu voto favoravelmente, caso contrário, votarei contra. Vamos ouvir, um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/19.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente, é um prazer enorme estar aqui, é a primeira vez que estamos no convívio do plenário, auxiliando os colegas vereadores Kaká, Ramiro Rosário e Gilson Padeiro e todos os colegas.

Vou explicar rapidamente para o Ver. Airto Ferronato, que tão brilhantemente falou da importância da Emenda nº 02, eu gostaria de deixar bem explícito qual o problema e a correção que nós estamos propondo, que é terminar com uma inconstitucionalidade que existe nessa legislação de 1973. Eu fui abordado por um empreendedor, há dois anos, que me passou o problema. Eu quero agradecer, de pronto, aos advogados da AGAAE que me explicaram as judicializações que estavam acontecendo e tendo ganho na justiça, contra a Prefeitura. Quero agradecer ao Leonardo Busatto, que foi o secretário anterior, que me ajudou a propor a redação, à sua equipe técnica; ao atual secretário, Rodrigo Fantinel, que nos acolheu na secretaria, por isso a gente pediu o adiamento, por solicitação da liderança do governo. Quero agradecer ao Dr. Leandro Ávila e o Dr. Fauri, que ajudaram na parte técnica, mas também não posso

deixar de agradecer ao líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, que preparou o pedido desse regramento, para que eu pudesse ir até o Poder Executivo e ver as questões técnicas que a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo fez através de um pedido da sua emenda, a Emenda nº 01, que foi retirada. Quero agradecer o entendimento da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. Também não posso deixar de agradecer ao nosso sempre colega querido Ver. Tessaro, que acompanhou essas reuniões lá no governo, para se ajustar a Emenda nº 02. Gente, eu vou ler rapidamente o artigo como é ainda (Lê.): “A aprovação de unificação ou parcelamento de terras e a liberação da Carta de Habitação para as edificações referentes a condomínios edilícios ficam condicionadas à quitação total de débitos relativos ao imóvel, ainda que esses débitos tenham sido anteriormente parcelados, caso em que as parcelas vincendas terão as datas de vencimento antecipadas, devendo o interessado apresentar a certidão negativa [que eles chamam de negativa positiva] (...)”. Ou seja, para o início do investimento era exigida a quitação desses débitos antecipadamente.

A nova redação, através da Emenda nº 02, deixa assim (Lê.): “A liberação da Carta de Habitação para as edificações referentes a condomínios edilícios, bem como a emissão do Termo de Recebimento de Obra de Urbanização referente ao parcelamento de solo para condomínios e loteamentos fica condicionada à quitação total de débitos relativos ao imóvel”.

O que significa? Nós continuaremos exigindo a quitação total, mas no fim do processo. Tu não vais deixar de investir na cidade, tu vais ter o que é constitucional, porque, infelizmente, tratar alguém que está adimplente com o parcelamento é inconstitucional. Tu não podes tratar o investidor como um inadimplente. Isso fazia com que vários empreendedores acabassem por empreender fora da cidade. E não só empreendedores, as unificações do parcelamento dos pequenos também; era exigida, antecipadamente, a quitação de parcelas. Se esta Casa entender que o projeto deve passar, os empreendedores vão poder começar os seus investimentos, os pequenos também não vão ter que fazer a quitação antecipada para poder ter a sua obra, enfim, a questão dos seus empreendimentos no início, e sim lá no habite-se e no termo. O esclarecimento é esse, e eu espero que os colegas votem favoravelmente, porque nós vamos, assim, acabar com uma inconstitucionalidade, com uma injustiça e também trazer mais desenvolvimento para a capital. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 019/19.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; este projeto do Ver. Moisés Maluco do Bem é do bem, um projeto do bem. O vereador não se preocupou apenas com grandes empreendedores ou pequenos empreendedores; se preocupou com a dinâmica dos projetos. Ele teve a grandeza de sentar, depois de já ter o projeto tramitando na Câmara, com o Executivo,

conversar com a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que teve boa vontade e entendeu a necessidade, soube avaliar que o projeto era bom para a cidade. Ver. Moisés, V. Excelência cuidou dos empreendedores, mas também cuidou da quitação, cuidou dos cofres públicos, para que se garanta que esta obra, seja condomínio, seja qualquer empreendimento, seja realizada e, antes de receber o habite-se, o débito seja quitado. Parabéns, vereador, certamente vamos aprovar o projeto, porque ele é muito bom para a cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há mais alguma inscrição para discutir o projeto? (Pausa.) Em votação o PLCL nº 019/19. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores; hoje ainda tive a oportunidade de conversar com o Ver. Moisés Barboza, autor do projeto e, com certeza, bem-intencionado. Nós temos aqui é uma outra situação. Vejam bem. Quando a legislação referida, no seu art. 15-A, estabeleceu a necessidade de que, em caso de transferência, de venda, os débitos parcelados com o Município tivessem que ser todos quitados, por óbvio, era para que: um, o Município não tomasse um calote; dois, o comprador do imóvel não passasse a ser ele o devedor, sem saber que a dívida do vendedor estava parcelada. O que o Ver. Moisés Barboza propõe, de forma bem-intencionada, repito, é que essa transação possa ser feita sem ser considerado inadimplente o vendedor, quando tem a dívida parcelada. Mas acontece o seguinte: a dívida pode estar parcelada, ele não é inadimplente, vende o imóvel e, depois, não paga a dívida. Esse empreendedorismo, eu gosto de ver que nós temos colegas, e eu respeito a maneira de pensar de cada um, não debocho de nada, pelo contrário, eu gosto de aprender com visões diferentes da vida, mas eu gosto de ver que o que entendem por empreendedorismo, via de regra, é às custas do erário, via de regra. Vamos ter empreendedor. Vai lá o Município, vai lá o Estado, vai a União, dá dinheiro, bota dinheiro. Quebrou o meu negócio! Os bancos, na pandemia: R\$1,2 trilhão do governo Bolsonaro, um trilhão! Como assim? Se o empreendedor, o grande empreendedor, que é esse que vai se beneficiar mais, porque não há um limite nem na emenda nem no projeto... Não se pode revogar o art. 15-A, seria um absurdo. O projeto revoga. A emenda é muito melhor do que o projeto, eu disse para o Ver. Moisés Barboza, mas, ainda assim, ela trata o empreendedor como alguém que vai precisar do dinheiro público. Bom, mas aí, desculpem dizer dessa maneira um pouco informal, qualquer um pode ser empreendedor, por quê? Porque parcela o débito público e vende. Vou fazer um, vou fazer dois, vou fazer quatro, vou parcelar, talvez eu pague, talvez eu não pague, mas já vendi e não fui inadimplente. Esse jeito de empreendedorismo, que, via de regra, acontece, não é o caso de nenhum projeto do Ver. Moisés Barboza evidentemente, mas, via de regra, acontece que o empreendedor gosta de ser empreendedor com dinheiro público. Adoram! Surgem muitos. Tem gente que ficou milionária, famosos milionários aí, na base de isenções fiscais e incentivos

governamentais. Um dos casos mais emblemáticos aqui do Estado é o do Lírio Parisotto, dono da Videolar-Innova, que ganhou R\$ 380 milhões do governo Sartori, para gerar cinco empregos. Cinco empregos na cidade de Triunfo, R\$ 380 milhões! Se pagasse diretamente dava muito mais. Então, é fácil empreender com dinheiro público. É fácil não pagar dívidas, é fácil o prefeito mandar para cá projetos que perdoam dívidas dos chamados empreendedores, a livre iniciativa. Ela é livre, porque o governo banca; ela é livre, porque o povo banca. O povo, com os seus impostos, banca; o seu Zezinho, a dona Joana, lá da periferia, quando compram o pão de cada dia e pagam impostos, eles bancam o empreendedorismo, porque o empreendedorismo, afinal, o Município deve ajudar, o Estado, a União. Eu divirjo dessa posição, eu divirjo. Eu acho que há empreendedores sim que não dependem de benefícios do governo, que não dependem de isenções fiscais, que não dependem de não pagar tributos, esses são empreendedores. Os que dependem não são, são pessoas que veem oportunidade de ganhar dinheiro. Não é o nosso papel facilitar isso não. Eu, com o maior respeito, sei que a intenção do vereador é boa, Ver. Moisés, mas eu vou votar contra esse projeto. Acho que não há unanimidade na oposição quanto a isso, talvez não ocorra, isso é normal, mas eu encaminho contra, vou votar contra esse projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 019/19, como autor.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Presidente, só para responder ao colega Pedro Ruas, que eu acho que está no trânsito, acho que ele não leu o fim da emenda. Não é isenção, não tem perdão de dívida nenhum. A nossa proposta é clara: a liberação da carta de habitação, bem como a emissão do termo de recebimento de obra ficam condicionadas à quitação total dos débitos. O que é injusto, e aí eu divido com vocês, é tratar alguém que é adimplente como inadimplente. E o senhor acha justo, e Porto Alegre acha justo que tu pagues uma quitação antecipada obrigatória, que já está causando ganhos na justiça – vereador, tem ganhos na justiça –, se nem sequer tu sabes se o teu projeto vai ser aprovado pela Prefeitura? Aí tu vais lá, achacas, cobras antecipado, e tu nem sabes se o teu empreendimento será aprovado. O que nós estamos fazendo é dar constitucionalidade, exigir a quitação dos débitos, mas não de forma antecipada, o que é inconstitucional. Só queria deixar claro que não há nenhuma ajuda para ninguém, nem para pequeno, nem para médio, nem para grande. É uma correção da redação de uma lei de 1973. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não havendo mais inscritos para encaminhar a matéria, peço que o nosso diretor proceda à votação nominal da matéria.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, a Emenda nº 02 ao PLCL nº 019/19. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 34 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovada a Emenda nº 02 ao PLCL nº 019/19.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLCL nº 019/19. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovado o PLCL nº 019/19.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, eu só queria um esclarecimento sobre essa votação. O projeto de lei diz que extingue o art. 15, e a lei é uma outra realidade, vamos dizer assim, não extingue mais o art. 15, só cria um mecanismo de, ao invés de pagar o tributo no início, paga no final. Prevalece a emenda? O projeto não fica prejudicado?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Desculpe, vereador, o senhor pode repetir, por gentileza?

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** O projeto de lei extingue o art. 15, que tem uma redação; a emenda é uma outra redação, contrariamente ao projeto de lei.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim, então ela altera.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** A emenda, em vez de afirmar o que está no art. 15, só fica na questão tributária, em vez de pagar no início, paga no final da obra. Votando, aprovando a emenda, como nós aprovamos, não prejudica a essência do projeto de lei?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Vereador, ela dá uma nova redação para o caput do art. 15.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Vai prevalecer a emenda?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Vai prevalecer a emenda.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Muito obrigado.

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0266/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 090/21**, de autoria das Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia e Fernanda Barth e dos Vers. Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro e Alexandre Bobadra, que dispõe sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de disponibilizar gratuitamente medicamentos ou suplementos liberados e preconizados pelo Ministério da Saúde para o tratamento dos pacientes com sintomas da Covid-19 que possuam orientação médica com prescrição. **(SEI 025.00032/2021-23)**

### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Hamilton Sossmeier: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

### **Observações:**

- com Emenda nº 01, das Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia e Fernanda Barth e dos Vers. Ramiro Rosário, Alexandre Bobadra, Mauro Pinheiro e Claudio Janta;
- com Emenda nº 02, da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia (líder da Bancada do DEM) e do Ver. Claudio Janta;
- adiada a discussão por uma Sessão em 03-05-21;
- incluído na Ordem do Dia em 26-04-21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em discussão o PLL nº 090/21. (Pausa.)

Apregoamos a Emenda nº 03, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e do Ver. Claudio Janta, ao PLL nº 090/21.

Apregoamos o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLL nº 090/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem):** Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, esse é um tema complexo, e eu, de novo, renovo meu respeito pelos autores do projeto, mas nós temos uma questão difícil. Há uma decisão judicial importante, foi buscada por nós, no sentido de proibir o chamado *kit* Covid, que era aquele tipo de prevenção que se mostrou absolutamente ineficaz e muitas vezes prejudicial às pessoas, aliás, isso foi dito ontem, com todas as letras, pelo ex-ministro da

saúde do atual governo, o médico Mandetta. Nós já tínhamos essa informação, obviamente, o mundo inteiro tem, mas isso não invalida a possibilidade de os vereadores apresentarem os seus projetos. O que eu consulto à Mesa, portanto à Diretoria Legislativa, é no seguinte sentido: se uma decisão judicial já foi tomada quanto ao tema, nós podemos apresentar projetos, podemos votar projetos? A minha preocupação maior é com votar, não no sentido de apresentar; porque apresentar o autor é o responsável, já o voto, é a Câmara. Então, podemos votar projetos que contrariem ordem judicial? Esse é o meu questionamento, minha questão de ordem, Sr. Presidente, senhor diretor legislativo. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TV Câmara, pelo YouTube. Venho aqui para discutir o PLL nº 090/21, de autoria das vereadoras Comandante Nádia e Fernanda Barth, e dos vereadores Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro e Alexandre Bobadra, e não sei por que não assinei junto, poderia ter assinado este projeto. O projeto fala da responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de disponibilizar gratuitamente medicamentos ou suplementos liberados e preconizados pelo Ministério da Saúde, que é o órgão maior da saúde, para tratamento dos pacientes com sintomas de Covid-19 que possuem orientação médica com prescrição. Isso é muito importante, ou seja, o paciente só vai tomar esta medicação se prescrita por aquele que estudou para isso.

Casualmente, hoje é o Dia Nacional do Uso Racional de Medicamento – vejamos que interessante: nós vamos aprovar esse projeto no dia de hoje em que a gente, com certeza, tem a racionalidade para utilizar esse tipo de tratamento. Ninguém aqui está dizendo que tem que se fazer tratamento precoce – eu também não sou favorável ao tratamento precoce –, eu acho que nós precisamos, sim, ter disponíveis na rede pública as medicações para aqueles que não têm condições de adquirir um medicamento. Infelizmente, nós temos uma liminar judicial que proíbe, que fez com que fossem retiradas dos postos essas medicações para essas pessoas mais vulneráveis, que precisam da medicação, que têm a prescrição e a receita, mas não têm o acesso. No mínimo, é um crime grave contra a população mais carente e que não tem condições de adquirir esses medicamentos. O acesso deve ser racional, pois o uso inadequado, com certeza, traz consequências, mas, quando prescrito de forma correta e tendo disponível, essas pessoas terão acesso. Eu posso dizer aqui que ajudei várias pessoas, durante o tratamento de Covid, que tinham e que não tinham condições de comprar o medicamento.

Então, parabéns, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, pelo projeto de lei, e demais vereadores que conduziram, contem com o nosso apoio. É muito importante que a população tenha acesso a essa medicação, porque medicamentos disponíveis salvam

vidas, e tendo esse medicamento disponível nas redes públicas, com certeza, nós vamos estar salvando vidas. Saúde é um direito de todos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Presidente, eu protocolei um requerimento de prejudicialidade ao PLL nº 090/21, devido a vários elementos inconstitucionais e inorgânicos que estão no projeto, já foram inclusive apontados pela Procuradoria da Casa, e também pelo seu caráter meramente autorizativo, que fere o precedente legislativo nº 01, vigente desde 2008 aqui na Câmara de Vereadores. Eu gostaria do posicionamento da presidência sobre o requerimento que nós protocolamos hoje. Muito obrigado.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Posso responder para o Ver. Matheus? Ele deve estar ainda com o projeto com as emendas nº 01 e nº 02. O projeto é bem simples, ele dispõe sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde para disponibilizar gratuitamente os medicamentos; passou sim pela Procuradoria, já passou pelas comissões, foi aprovado e está pronto para vir à plenário e ser discutido - esse é o local da discussão – para ser aprovado ou não. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Entende esta Mesa também que, como esse projeto já passou na CCJ e na reunião das comissões conjuntas, há a questão da prejudicialidade.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Mesmo assim, nós temos uma nova emenda apresentada que muda o caráter do projeto, que não tem a ver com as emendas anteriores e isso também abre um precedente. Gostaria de consultar para que ela passe novamente pelas comissões para que possa ser avaliada. Obrigada. Gostaria do posicionamento da presidência sobre esse tema também.

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Eu abro mão do meu tempo para justificar que, de acordo com a emenda, foi contemplado aquilo que eu também tinha alguma resistência. Então me sinto contemplado com a emenda protocolada recentemente. Obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 090/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Votos contrários dos vereadores Matheus, Oliboni, Reginete Bispo, Daiana, Leonel, Roberto Robaina, Karen Santos, Pedro Ruas. (Pausa.) Solicito votação nominal.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** A questão de trazer emendas para o momento em que estão sendo votadas é algo que está regimental. Essa votação nula de alguns colegas abre precedentes para que a gente pense também em outras emendas que vão ser encaminhadas no momento da votação do projeto para este plenário. Vamos pensar bem nisso.

**Vereador Airto Ferronato (PSB):** Quando se falou na aquiescência das emendas, na apresentação de uma emenda agora e na retirada de outra emenda, por problemas técnicos não ouvimos quais as emendas que estão para ser votadas hoje e o teor das emendas que permaneceram no projeto. Seria interessante para todos nós sabermos o conteúdo das emendas que estão habilitadas para serem votadas agora. E podemos votar a dispensa, sem problema nenhum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda nº 03 ao PLL nº 090/21.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 090/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Declaro aprovado o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Olhem só, cidadãos, cidadãs, vereadores, vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, a nossa colega, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, e outros vereadores encaminham um projeto de lei que dá autorização para o governo municipal liberar medicamentos considerados gratuitos ou distribuídos pelo Sistema Único de Saúde, uma vez que prescritos pelo médico. Mas nós entendemos que a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia – não há nada pessoal aqui, muito pelo contrário – está se referindo a medicamentos do *kit* Covid ou do tratamento precoce, isso não está claro no projeto de lei. Eu jamais seria contra um

medicamento recomendado pelo Sistema Único de Saúde e que fosse gratuito na rede municipal, porque ela já está funcionando assim, ela já existe e não precisaria projeto de lei, ela já está funcionando normalmente. Por isso que, em não estando claro o projeto de lei, me parece que direcionando ao *kit* Covid ou ao tratamento precoce, com inúmeras leis, inclusive com lei federal, o Supremo Tribunal Federal proibiu o governo federal a distribuir, não há como votar uma matéria que é de nível municipal querendo sobrepor a uma lei federal, seria inconstitucional, seria autorizativo.

Está muito confuso o projeto de lei à medida que diz que o Município terá autonomia, prioridade ou decisão de poder se opor a uma lei federal.

A outra grande questão é essa dúvida: que medicamentos são esses? Essa é a pergunta principal. Eu acredito que a base do governo votando favoravelmente a esse projeto, coloca em xeque o prefeito municipal. Eu tenho certeza absoluta que ele nem poderia sancionar uma lei dessa natureza, porque ela vai contra os princípios da própria Legislatura, na medida em que é uma lei municipal querendo se opor a uma lei federal, a uma decisão federal já existente. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e demais autores poderiam dizer para nós, aqui, quais são esses medicamentos. Esses medicamentos, segundo a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, são o médico que vai decidir; não, o médico vai prescrever e ele tem autonomia, como médico, de prescrever o medicamento que ele achar melhor para aquela patologia, para aquele diagnóstico. Não podemos interferir na profissão de um profissional, porque ele tem autonomia para tal; e inclusive ele, nesse caso, por uma ação judicial federal, não pode prescrever medicamentos do *kit* Covid ou para o tratamento precoce. Sabiam disso?

Então, nós estamos aqui diante de uma realidade difícilíssima que, para mim não estando clara, obviamente votaremos contrariamente ao projeto. Não tem como se opor a uma lei federal, não tem como votar algo que eu não conheço. Por isso esta é a posição da bancada do PT. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Presidente, colegas e principalmente público que nos assiste pela TVCâmara. Hoje eu visto luto por todas aquelas pessoas que morreram pela Covid, especialmente por aquelas que, ao primeiro sintoma, foram até os postos de saúde e não tiveram acesso aos remédios descritos na receita emitida por um médico para o tratamento imediato.

Eu vou colocar aqui para os senhores escutarem um áudio que foi veiculado no programa do Milton Cardoso, na Rádio Band.

(Procede-se à reprodução do áudio.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Ele morreu. Ele morreu porque não teve acesso à medicação necessária. Por isso, hoje, nós, vereadores, principalmente os vereadores que aqui dizem que são pelos mais oprimidos, pelos mais vulneráveis, pelas pessoas pobres, que não têm condições de comprar o seu remédio, hoje eu quero ver quem são os vereadores que são pelas pessoas pobres. Hoje é a cartada final, Ver. Ramiro Rosário, porque aqui há muita demagogia. As pessoas estão morrendo, Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues, porque não têm acesso aos remédios. Eu pago o meu remédio, eu vou num médico particular, Ver. Gilson, eu tenho condições; mas a maioria dos porto-alegrenses que são pobres, que perderam o seu emprego por conta da pandemia, porque as empresas fecharam, como é que essas pessoas pagam pelo seu remédio? Eu quero olhar no olho de cada uma das pessoas que estão aqui para saber quem é pelo povo realmente e quem está fazendo demagogia barata aqui.

Fico muito orgulhosa por haver vereadores que me disseram que votam comigo, que esse projeto deveria ter sido assinado por todos nós, por unanimidade, porque aqui nós estamos falando de saúde, de vida, Presidente. Nós não estamos brincando aqui, quando muitos vêm aqui fazer bobagens, falar palhaçada e não ficam sabendo o que realmente está acontecendo na rua.

Regra de ouro da medicina: quando se tem uma doença, ela é tratada imediatamente. As mulheres que estão aqui, se acharem um nódulo no seu seio, vão esperar o nódulo crescer ou vão tratar imediatamente?

Nós não estamos falando de medicação neste projeto, nós estamos falando que o secretário municipal da Saúde, que, aliás, está de acordo com este projeto, quer disponibilizar gratuitamente o que as pessoas estão precisando.

Regra de ouro no tratamento: quando começa uma doença, ela tem que ser tratada imediatamente; não pode esperar o paciente adoecer, piorar, porque, aí, realmente, vem vereador aqui pedir remédio para intubação.

Para concluir, Presidente, relação linear – isso é biologia, alguns talvez não saibam, mas é pela causalidade –, quanto maior a carga viral, quanto maior tempo uma pessoa tem a carga viral dentro de si, maior o risco do óbito.

Este projeto é muito simples, este projeto diz para Porto Alegre que aqui nós cuidamos das nossas pessoas. Liberdade para os médicos, liberdade para os pacientes! Somente juntos nós vamos vencer a Covid-19. E espero o voto “sim” de todos os vereadores desta Casa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Sinto muito, sinto muito por tanta mentira dita neste plenário, na contramão da ciência, na contramão da razoabilidade, na contramão do mundo real, na contramão fora da bolha das *fake news* da extrema-direita. É repugnante até o que está sendo feito nessas falas, porque não existe tratamento

precoce ou tratamento prévio, enfim, dá o nome que quiser! Não existe, infelizmente, vou dizer com toda certeza, infelizmente. Gostaria muito que já tivesse um tratamento, pode ser que surja daqui dois, três meses, um ano, nada impede, mas não existe!

Trazer um áudio de uma pessoa que acreditou numa mentira e morreu por acreditar nessa mentira, que, com certeza, é responsabilidade de um Presidente genocida, responsável por 412 mil mortes neste País, pela morte de cada pessoa no nosso País, desde março de 2020, quando ele disse que era uma gripezinha, quando ele disse que distanciamento social era bobagem? Hoje mesmo, esse genocida falou que não precisava usar máscara, que é o meio básico, reconhecido no mundo inteiro, como uma forma de conter o avanço da pandemia. E essa lógica, agora, está sendo deturpada. Não foi o Presidente que negou 70 milhões de doses de vacina, o responsável agora para a nossa extrema-direita da capital; a responsabilidade, agora, é por que, sei lá, existe uma norma que não permite que um medicamento que não funcione seja distribuído na rede de saúde, mas que absurdo é esse? Existem diversas decisões judiciais, baseadas na ciência, que já negaram, disseram que não era mais para fazer propaganda disso, e vocês insistem, jogando no terror, jogando no pânico, na necessidade das pessoas. Isso é vergonhoso, é uma afronta ao razoável, é uma afronta às vidas perdidas pelo negacionismo neste País. E mais, o criado desse maldito *kit* Covid morreu de Covid – isso já foi falado várias vezes! Se funcionasse essa porcaria de *kit*, essa pessoa não teria morrido! Ou alguém aqui discorda? Eu crio algo e digo que estou tomando o medicamento para não morrer de um vírus – e morre do vírus. Mas que maldito médico é esse? E as pessoas seguem; seguem lá o mentiroso na França que criou essa porcaria dessa tese, que dizia que a cloroquina funcionava! Vai ser preso lá na França. Eu espero que todos negacionistas deste País respondam na justiça pelo que estão fazendo! Porque não tem cabimento brincar com a vida de pessoas, não tem cabimento ficar mentindo que um medicamento tem um efeito que não tem. E aí o argumento é que cada um usa o que quiser! Bom, aí nessas horas cada um usa o que quiser; mas para outras pautas em que cada um usa o que quiser, ah, não, aí é um problema, aí não pode!

Então vamos ser racionais, vamos ser minimamente coerentes e ter responsabilidade com a vida alheia. Porque falar sobre isso é dar esperança para as pessoas de algo que não existe, infelizmente. Gostaria muito que existisse; vou apoiar muito um medicamento que funcione. A gente sabe que existem tratamentos paliativos, depois, para amenizar a situação, mas preventivo não existe! Mais uma vez, sinto muito. Eu estou do lado da ciência, estou do lado do Conselho Federal de Medicina, de tantos órgãos de medicina, de ciência, de farmácia, que já disseram que não existe tratamento precoce. Isso é uma maldição; e tem quem fique repetindo algo a vida inteira algo. A única saída que nós temos é vacinação em massa, que está atrasada em Porto Alegre, com filas quilométricas, e pessoas estão na chuva, neste momento, e sem vacina! Tudo isso porque temos um Presidente irresponsável e um prefeito que não consegue organizar vacinação. Essa é a verdade, chega de demagogia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Hoje é um dia triste para a Câmara, porque a Ver.<sup>a</sup> Nádia trouxe um depoimento aqui que coloca uma possibilidade desqualificada, que nunca houve na Casa. Os vereadores de oposição não vão buscar milhares de depoimentos de pessoas que morreram porque não tiveram acesso à vacina, porque o Presidente Bolsonaro negou essa possibilidade, no ano passado – não vamos trazer esses depoimentos porque seria desrespeitar os familiares dos mortos. Usar o depoimento de uma pessoa equivocada, que faleceu, perdeu a vida, para justificar suas teses absurdas? Por certo a vereadora não viu, ontem, o depoimento do ex-ministro da Saúde, por 8 horas, Mandetta, que disse, inclusive, que na sala do Presidente havia um decreto, obrigando a colocar, na bula da cloroquina, a indicação para Covid-19, e o presidente da Anvisa disse: “Isso eu não faço! Isso eu não faço!”

Agora, ninguém é contra remédios gratuitos. É evidentemente que ninguém é contra; é um absurdo alguém imaginar que é contra. Nós somos contra remédios que fazem mal, que enganam as pessoas. Ontem, os médicos disseram que a cloroquina separa as batidas do coração – quem tem qualquer problema de arritmia pode morrer, é gravíssimo.

Aí a vereadora pode afirmar: “Mas aqui não diz cloroquina”. Mas se não diz cloroquina, não precisa o projeto. Porque todos os outros remédios, todos os outros que têm distribuição gratuita são oferecidos pelo SUS; os que não têm, não são. Muitas vezes as pessoas têm que buscar na justiça o direito a usar um medicamento que só tem no exterior - eu já fiz ações judiciais desse tipo. Agora, o que não é possível é rebaixar, colocar o sofrimento de uma pessoa aqui, é como se nós trouxéssemos, repito, milhares de famílias que perderam seus entes queridos porque não foram vacinados – não se faz isso, não se faz isso! Esses remédios são ruins para a saúde, fazem mal para a saúde, são inócuos para a Covid-19! Querer forçar a sua distribuição é um verdadeiro delito!

Aos demais remédios ninguém e contra. Evidentemente nós temos restrições sérias ao uso de cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina para combater a Covid-19! Isso é discussão mundial, não começou em Porto Alegre! A Organização Mundial da Saúde já disse que isso não serve e que pode fazer mal! Todos dizem isso, no mundo inteiro! Mas, por que, em Porto Alegre, essa insistência em dar para a população, dar para os mais pobres, que não têm talvez esse conhecimento? Que, talvez, na ilusão, no desespero – no desespero – podem tomar qualquer coisa. Esse é o verdadeiro delito: fazer as pessoas desesperadas tomarem qualquer coisa! Nós não vamos permitir isso! Não vai acontecer com o nosso consentimento, nós vamos denunciar permanentemente. Aquilo que é remédio, que o SUS distribui gratuitamente, nós apoiamos e queremos que seja distribuído a todos, pois fazem bem, comprovadamente fazem bem, que curam doenças, ou até previnem. Olhem o exemplo esse, de quem vai esperar crescer um câncer para procurar um médico? É evidente que não! Mas a rede de saúde precária de Porto Alegre é culpa do Executivo municipal. “Ah, alertou assim? Então, é culpa do

anterior.” Mas não venham dizer que se resolve com uma canetada, distribuindo cloroquina. Nós não vamos distribuir cloroquina. Se o Bolsonaro disser que é bom tomar água podre, tem muita gente que vai dizer que é bom tomar água podre! E vai vir alguém apresentar um projeto – é bom tomar água podre. E nós vamos ser contra! Vamos ser contra! Vamos ter a coragem, sempre, de dizer a verdade, de defender a ciência, de buscar o bem comum, de buscar a saúde das pessoas, esse é o nosso papel, para isso fomos eleitos! As pessoas não podem se iludir com conversa fiada, com apelos dramáticos de pessoas que morreram iludidas. Eu conheço pessoas que morreram iludidas, tomaram cloroquina – podem não ter morrido por causa da cloroquina, mas a cloroquina não as salvou; outras morreram por causa da cloroquina, como é o caso de Camaquã - três pessoas, e a médica vai presa, distribuiu hidroxicloroquina e matou três em Camaquã! O mundo inteiro, discutiu-se ontem, durante oito horas, no Brasil.

(Problemas na conexão.) ...com esse tipo de apelo emocional, desqualificado. E, por óbvio, nós vamos votar contra este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estava eu ali, ouvindo a Ver.<sup>a</sup> Nádia, ouvindo o Ver. Pedro Ruas, fiquei me perguntando: puxa vida, e se eu fosse médico, tivesse feito quatro anos de medicina, mais dois anos de residência, mais dois anos de especialização, tivesse feito muitos cursos, participado de seminários de medicina, fosse colega de muitos médicos brasileiros, estrangeiros, que receitam azitromicina? Azitromicina o médico me receita para eu me curar da garganta. Eu tenho problema de garganta, tenho problema nas amígdalas, e o médico me receita azitromicina. Aí, já que eu não sou médico, já que não fiz todos esses anos de medicina, eu vou falar, como o Pedro Ruas falou, meu querido amigo Pedro Ruas: o médico, com o seu paciente, tem a faculdade de manter em segredo a doença do paciente e o que ele receita como médico. Ou vocês não lembram daquele médico que era assessor do João Dória, lá em São Paulo, que recomendava? O Ver. Leonel disse: “Ah, mas aquele morreu.” E aquele que receitava ficar em casa e aparecia, todos os dias, ao lado do Dória, dando receituário, pegou a Covid, lá no começo, quase morreu – e se tratou com azitromicina e cloroquina – salvou-se -, receitadas por um médico famoso, importante, em São Paulo.

Então, minha gente, é claro que não é para cada um chegar e tomar o remédio por conta, mas, em conversa com o seu médico, receitado pelo seu médico, ele tem o direito de tomar isso. Ou vocês querem que ele ouça uma receita ideológica? Pode ser! Eu prefiro ouvir médicos; agora, muitos colegas preferem ouvir o livrinho do partido, a recomendação do coletivo, a recomendação do secretariado – eles têm o direito de fazer isso! O secretariado recomenda, o coletivo recomenda e eles vão fazer. Eles pertencem ao secretariado ou pertencem ao coletivo. Eu, por exemplo, não

pertenço a nenhum coletivo. O meu partido nunca me convidou para fazer parte de um ou de outro coletivo. Eu sou livre para pensar com minha própria cabeça e ser convencido por argumentos. Ser convencido por argumentos não é pecado nenhum, afinal de contas, se o argumento é bom, eu me dobro. Mas se nós fôssemos seguir, Ver. Pedro Ruas, o que esse, agora ídolo de vocês, Mandetta, virou ídolo da esquerda. O ex-ministro Mandetta é ídolo da esquerda, mas que vergonha isso, mas que vergonha isso, vocês não têm vergonha de aplaudir o Mandetta, que dizia para ficar em casa até faltar ar? A pessoa ia morta para o hospital. Esses, sim, são genocidas, Ver. Leonel. O seu ídolo Luiz Inácio da Silva disse: “Graças a Deus que veio esse vírus.” Por que ele disse isso? Porque esse vírus desviou a atenção da roubalheira que fizeram neste País. Não é porque o Lula queria o vírus, o Lula queria salvar a pele dele das outras acusações e não do vírus.

Para concluir, Presidente, eu acho que nós temos que ter o direito de ouvir o nosso médico e temos o direito de tomar ou não tomar medicamentos. E o projeto da Ver.<sup>a</sup> Nádia diz isso claramente: o médico vai fazer a receita, e aquilo que o médico receitar, o Município tem o dever de atender as pessoas que precisam. Não é a mim, não é à Nádia - que podemos comprar o remédio! São as pessoas que precisam, as pessoas da periferia, aquelas que vocês dizem que morrem em maior número. Talvez seja por isso, porque genocidas são aqueles que não deixam dar o remédio. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Se uma pessoa confia e acredita nas palavras do bolsonarismo, começando pelas palavras do Presidente da República, chegando a vereadores que dão sustentação em várias cidades do País e seguem ainda essa cartilha, nessa linha ideológica, se as pessoas acreditam nesses políticos, quando as pessoas vão buscar um auxílio de algum médico ou do sistema de saúde, elas não esperam que esse médico dê as receitas segundo o seu conhecimento científico; elas tendem a demandar desses médicos a ivermectina, a cloroquina, os tais remédios que fazem parte do *kit* Covid, que já têm sido denunciado no mundo inteiro pela Organização Mundial da Saúde, por ex-ministros nomeados pelo próprio Presidente Bolsonaro, como falhos, como remédios que não são apropriados para o tratamento da Covid. Mas essas pessoas, no desespero e acreditando em políticos que tratam de propagar *fake news*, evidentemente que exigem dos seus médicos esse tipo de tratamento. Infelizmente, nesse caso, nós sabemos que isso ocorre, felizmente, melhor dizendo, está diminuindo o número de pessoas que acredita nesse tipo de absurdo, nessas *fake news*, nessas mentiras, mas ainda existem. Como a gente vê, ainda existem políticos que tentam propagar essas mentiras e atrapalhar o nosso sistema de saúde, a confundir a nossa população. Eu confesso, escutando o Pedro Ruas, o Leonel Radde, o esforço de convencimento, eu acho que já

não é um problema de argumento; aqui o que há é uma luta política, uma luta ideológica. O próprio líder do governo, o Ver. Idenir Cecchim, que me antecedeu, tentou dizer: “Não, vamos respeitar os médicos.”

O que vocês estão fazendo é que não respeita os médicos, vocês estão incitando as pessoas que, ignorantes, nesse caso, vão exigir de médicos absurdos como esse. Nós sabemos disso e, felizmente, vocês não estão com força; felizmente as pessoas estão começando a se dar conta de que o bolsonarismo é uma grande mentira. Só que ainda há os políticos que estão fazendo política em cima disso e estão tentando organizar um campo ideológico em cima disso, obviamente tratando de desviar a atenção, isso, sim, dos problemas reais como a falta de vacina. Nós vimos o desrespeito, hoje, com a população de Porto Alegre, essa gestão desastrosa do governo municipal, que o Idenir Cecchim é líder aqui na Câmara, que não previu que ia faltar vacina. As pessoas entraram em filas em todos os lugares e não tinha vacina para todo mundo, produto de um governo genocida que não previu, que não planejou, se recusou a comprar vacinas. Não querem discutir isso. A Câmara está debatendo o *kit* Covid. É uma vergonha que esta Câmara de Vereadores esteja debatendo isso, é uma Câmara de Vereadores que está totalmente alienada dos problemas reais da cidade. Esse é o tipo de pauta que prova que esta instituição está, hoje, com uma maioria que claramente faz com que esta instituição seja cada vez mais inútil, do ponto de vista dos interesses do povo. Essa é a verdade! Então, é lógico que quem está começando a ter mais peso num governo municipal que não tem rumo é uma política que pelo menos diga assim: “Vamos nos agarrar com o bolsonarismo”. Porque o líder do governo, que é do MDB, não sabe que plano tem, do ponto de vista político. O líder do governo não tem nenhuma condição de apresentar um plano, do ponto de vista político, para essa base desses políticos que esteve na direita e agora não sabe nem como é que vão seguir; porque o bolsonarismo está perdendo força. A Nádia diz assim: “Vamos seguir por aqui, porque aqui ainda tem uma base ideológica, aqui ainda tem um campo para conseguir votação.” O líder do governo é do MDB, o líder do governo acaba de falar mal aqui do Lula, tentando já jogar, como se o culpado dos problemas do País ainda fosse o Lula. Quer dizer, o Bolsonaro está governando há quase três anos, o Temer governou por dois anos, e o culpado segue sendo o Lula. Quando os políticos do seu partido, mesmo do MDB, já estão conversando com o Lula. Hoje o Lula tem uma reunião com o Eunício de Oliveira, líder do MDB lá no Ceará. Então, o Cecchim está um pouco sem ter um rumo, a Nádia está dando um rumo claro, vamos nos organizar com a extrema-direita... (Problemas na conexão.) ...Não podemos aceitar essa lógica, essa lógica de permitir que a Câmara de Vereadores seja palco para político de extrema-direita que quer se promover, provendo *fake news* e ignorância. Por isso somos contra este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas vereadores e vereadoras desta Casa, a quem nos assiste. Venho de forma muito tomada por sentimento, até consternada, para falar bem a verdade, para debater algo que na vida real é diferente, Presidente. A gente está falando de toda uma relação, de uma construção de cuidados com uma medicação que não tem eficácia, que a gente bem sabe que essa comprovação, até vou trazer aqui um trecho de uma nora da Sociedade Brasileira de Infectologia, que fala que atualmente as principais sociedades médicas e organizações internacionais de saúde pública não recomendam o tratamento preventivo ou precoce com medicação, incluindo aqui a Agência Nacional, a Anvisa, que não regulariza isso. Então, se não existe isso, por que a gente ainda está debatendo?

Nós precisamos estar falando em definitivo é de algo, como bem trouxe o Ver. Pedro Ruas, também veio através Ver. Leonel Radde, a gente deveria estar falando da vacinação, de um plano de enfrentamento real... (Problemas na conexão.) ...faltando vacina, filas mais filas, onde as pessoas estão aglomeradas - a gente deveria estar discutindo esse tipo de situação! Não é crível que nós estejamos debatendo isso nesta Casa! Não tem comprovação alguma, com todo o respeito aos vereadores que apresentam isso, e trato disso com muito respeito mesmo, mas acho que, em definitivo, a gente precisa olhar para isso. Não é possível, Ver.<sup>a</sup> Nádia, que nós estejamos debatendo isso neste espaço. Vamos organizar algo que definitivamente seja para o enfrentamento deste momento de pandemia. Nós estamos perdendo 412 mil vidas que se vão! Por dia, em média, três mil vidas são ceifadas. Não é possível que a gente negocie com isso, com uma medicação que está aí causando lesão no fígado, fazendo com que as pessoas estejam ainda mais vulneráveis nesse período. Fico muito preocupada porque, em definitivo, aqui, a gente fala de toda uma construção médica centrada enquanto muito estudos já falam disso.

É preciso que a gente olhe, com mais responsabilidade, para o povo. E, sim, Ver. Cecchim, a gente defende as comunidades porque a gente vem desses espaços, porque a gente compreende qual é o problema, porque a gente precisa estar fazendo desse plano de enfrentamento algo que tenha vacina, que tenha comida, que tenha respeito, que tenha responsabilidade, que fale do transporte público, que olhe para essa periferia, que olhe para esses espaços onde o trabalhador está sendo vulnerabilizado, que coloque à disposição, todos os dias, não tendo um mínimo de cuidado, de uma gestão que está alinhada com um projeto bolsonarista de morte. Em definitivo, é isso que a gente precisa falar! Porque a partir do momento em que a gente tem esse alinhamento, essa condução, nós não estamos cuidando da nossa população, e não é crível que nós estejamos debatendo esse tipo de pauta neste exato momento em que nós temos - e novamente digo, vereadores - 412 mil vidas perdidas.

Numa cidade em que a gente está vendo quais são as prioridades, eu fico muito triste em ter que estar aqui, e fico envergonhada enquanto sanitarista, principalmente por isso, em ter que estar debatendo esse tipo de cuidado. Não é isso, não é disso, não é sobre essas prioridades, não é sobre isso que, em definitivo, nós estamos nos alinhando. Se é para a gente pautar algo, que seja vacinação - para que o nosso povo tenha dignidade e possa sair para trabalhar sem ter medo de voltar e

contaminar a família inteira, para que a gente possa ter a responsabilidade de abrir escolas, para que a gente olhe para isso não polarizando - como bem trazem vocês, meus colegas -, mas com respeito e responsabilidade com a nossa população, Porto Alegre merece muito mais do que isso. Eu termino por aqui porque, em definitivo, eu acho que é isso, está dado, não tem comprovação e, se não tem comprovação, não tem porque da gente estar ajustando um debate em torno de uma medicação que, ao invés de curar, ainda mata. Porque a gente está vendo justamente isso, pessoas que estão internadas - e há vários estudos que posso passar, inclusive, para quem quiser ver - com lesão no fígado por conta disso. É muita irresponsabilidade! Acho que a gente deveria estar num outro nível de debate. Envergonha-me ter que fazer esse tipo de coisa por aqui.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio. Quero me dirigir à população de Porto Alegre que está assistindo a este debate, nesta tarde, aos que vão ver as falas deste plenário nas redes sociais, porque o que ocorre neste momento na Câmara de Vereadores é uma vergonha para a nossa cidade. Depois de um dia como o de hoje, quando milhares de pessoas passaram frio e pegaram chuva na fila para tomar vacina por causa da desorganização da Prefeitura, nós estamos fazendo um debate que é inócuo, um debate que não serve para resolver o maior problema que o nosso País já enfrentou na sua história, do ponto de vista sanitário.

O que a gente está falando aqui é de uma média diária de mais de três mil mortes, no Rio Grande do Sul, que, pelo segundo mês consecutivo, registrou mais óbitos do que nascimentos, com uma situação de altíssimos índices de ocupação nas UTIs. É uma manobra, é isso que estamos debatendo aqui nesta tarde; uma manobra dos vereadores de Porto Alegre, da base governista, para aprovar algo que é inconstitucional, que a Justiça já disse “não” e que a comunidade científica do mundo inteira rejeita, que é a distribuição de tratamento precoce.

Nós vamos repetir quantas vezes forem necessárias: tratamento precoce é vacina! E é ruim que seja assim. Nós gostaríamos que já tivesse um remédio que evitasse que o nosso País vivesse uma situação tão trágica, mas infelizmente ainda não tem.

A Ver.<sup>a</sup> Nádia veio aqui dizer que defende os pobres. Eu quero dizer para a população pobre de Porto Alegre: neste momento a nossa cidade tem mais de 130 mil pessoas vivendo em condição de pobreza, segundo os dados. O povo pobre, negro, morador de periferia não é cobaia, nós não somos cobaias para ser alvo de tratamento que a ciência diz que não é eficaz. O OMS já fez um estudo com milhares de pessoas, em mais de 30 países, e chegou numa conclusão: cloroquina e ivermectina, esses remédios que compõem o *kit* Covid, não são eficazes, infelizmente. Vocês podem usar

para tratamento de reumatismo, para malária, no caso da cloroquina; mas, para Covid-19, não tem efeito. É a comunidade científica que está dizendo isso. A Merck, maior fabricante de ivermectina dos Estados Unidos, não autoriza o uso desse remédio contra a Covid. Os quatro maiores laboratórios que produzem cloroquina no Brasil não autorizam o uso desse remédio. É por isso que não está na bula. O Presidente Jair Bolsonaro, como virou notícia no país inteiro, agora com a CPI da Covid, queria mudar a bula do remédio. Não importa a ciência, não importam os estudos e a pesquisa, ele quer mudar a bula e ponto. Então aqui hoje não tem defesa de pobre, não tem defesa da população que está sofrendo com isso, tem defesa da ideologia do Presidente que não quer usar máscara, que negou a compra de vacinas, de milhões de dólares, para o nosso país, e aglomera desde o início da pandemia. É isso o que nós estamos vendo acontecer e é uma vergonha que vários vereadores que não são tão alinhados assim ao presidente neste momento estão chancelando essa proposta vergonhosa. E repito: é uma manobra que pode criar um problema grande para o prefeito Sebastião Melo por dois aspectos. O primeiro porque a Justiça, com a ação do PSOL, já negou a distribuição do kit Covid em Porto Alegre. Esse é o primeiro aspecto, não pode ser descumprida uma ordem judicial. E o segundo é que o prefeito Sebastião Melo tem que ficar bem atento porque a CPI da Covid lá em Brasília está criando um caminho para classificar como crime de irresponsabilidade toda essa barbaridade que está acontecendo com relação à cloroquina e a distribuição desses remédios. É importante que o prefeito fique atento. Neste momento nós deveríamos estar unindo esforços no Legislativo, nas Câmaras de Vereadores de todo o país para questões realmente úteis para superarmos essa situação, porque realmente o povo não aguenta mais, de forma alguma, porque não é só a pandemia, que já é uma tragédia gigantesca, mas também a crise econômica e social que a pandemia ocasiona. Nós deveríamos estar unidos agora para defender a quebra da patente das vacinas. É uma medida que está em debate, mas não, estamos debatendo coisas que a comunidade científica nega no Brasil e em outros países do mundo. Nós deveríamos estar unindo esforços para acelerar a vacinação, para construir um programa de testagem em massa na cidade de Porto Alegre. Já passou mais de um ano de pandemia e nós não temos a testagem em massa. E aí até do ponto de vista econômico, tudo que aqueles que dizem defender o mercado e a recuperação da economia, defendem na verdade... Não adianta em nada, porque só empurram com a barriga problemas que a nossa população não aguenta mais vivenciar. Para concluir, nós deveríamos neste momento estar implementando um programa de renda complementar em Porto Alegre, estar vendo como ampliar um benefício para os pequenos e médios empreendedores, mas não, nós estamos debatendo, nesta tarde, com milhares de pessoas passando por uma situação de extrema dificuldade, algo que não tem efeito nenhum para combater a pandemia. Isso é uma vergonha o que está acontecendo e essa manobra não pode ser aprovada porque vai envergonhar a população de Porto Alegre com tamanho desrespeito que vai ser aprovar um projeto dessa natureza, inconstitucional e inócuo no combate à pandemia.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, no YouTube, aqui hoje está travado um debate fundamental, importante, e o que assusta é a forma como se vem tratando e nós temos classificado um verdadeiro genocídio no nosso país. São mais de 420 mil mortos oficialmente e nós sabemos que há subnotificações que apontam mais de 900 mil mortos no nosso país. Isso se deu porque infelizmente nós temos um presidente negacionista que negou a existência da Covid, negou a necessidade do cuidado, do isolamento, do uso de máscara, negou a necessidade de dar proteção para os mais pobres, sim, porque hoje os mais pobres, quase 70 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, recebem uma ajuda emergencial de R\$ 150,00. O que dá para comprar com esse dinheiro? Um botijão de gás hoje. É essa a realidade em que a gente vive e infelizmente a gente está aqui discutindo a cloroquina. Gente, cloroquina! Por favor, nós temos mais coisas para fazer! Há dados já que o uso da cloroquina no último período aumentou em 550% os efeitos adversos, inclusive levando à morte de seus usuários. Por isso que a Anvisa não autorizou, por isso que o ex-Ministro Pazuello ontem depôs na CPI da Covid-19 que não autorizou o uso da cloroquina e quando ele soube que os quartéis do Exército estavam produzindo toneladas de cloroquina, ele ficou chocado. Também o ex-Ministro Nelson Teich disse que não autorizou e que pediu demissão quando ele viu que ia ser forçado a adotar medidas contra sua ética profissional. Quem autoriza no Ministério da Saúde contra os técnicos é o Ministro General Pazuello, esse que anda desfilando sem máscaras, esse que anda afrontando o povo... (Problemas na conexão.) ...com a Covid e está lá o ex-Ministro general desfilando sem máscara. Então, o tratamento precoce com a cloroquina tem esse contexto de um grupo representado pelo nosso Presidente, dizendo que não precisa isolamento e que não precisa a vacina porque tem o tratamento precoce, tem a cloroquina que não funciona em parte nenhuma do mundo. Por que vai funcionar em Porto Alegre? O tratamento, o remédio para... (Problemas na conexão.) ...pela rede pública, pelo SUS, tem que ter autorização da Anvisa para esse fim. Tem que ter autorização da Anvisa! Então não basta dizer que vão aprovar a distribuição, tem que ser distribuída para o seu fim. E tem médicos sendo responsabilizados pela morte de seus pacientes pela indicação indevida do uso da cloroquina para tratar a Covid-19. Então, para finalizar, a única saída que temos são as medidas de isolamento, máscaras e álcool em gel, mas já se vai mais de um ano com essas medidas e a economia está fraca, as pessoas precisam trabalhar. Nós precisamos restabelecer a normalidade e para isso a única forma é a vacina! Vacina para todos! Ao que está muito longe de se chegar. Por isso eu quero dizer que eu encaminhei uma moção de solidariedade para esta Casa pedindo que esta Casa seja solidária ao PLL nº 212 do Senador Paulo Paim, do qual eu tenho a honra de ser suplente, que pede a quebra das patentes imediata, as patentes das vacinas contra a Covid-19. Porque, na medida em que a gente tiver a queda das patentes, nós vamos poder produzir vacinas e vacinar todo o povo indistintamente, todo

o povo! Então eu peço aqui que somemos os nossos esforços de todas as formas para que a vacina chegue para a população, para todos indistintamente. E a quebra de patente a que peço para esta Casa, para os meus colegas vereadores, realmente, hoje está na Câmara dos Deputados, para aprovar a queda de patente. Então vamos somar esforços e trabalhar juntos para que todo o povo possa ser vacinado indistintamente. E vamos acabar com esse genocídio! Já chega o Covid-19, não precisamos mais de remédios que matam o nosso povo, que matam a nossa gente, especialmente aqueles que dependem do SUS. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Obrigado, Sr. Presidente, eu tenho algumas inquietudes, uma delas é: a cidade de Belém já vacinou toda a sua população. A cidade de Belém disponibiliza para todas as pessoas a vacina? A cidade, a capital brasileira administrada pelo PT, disponibiliza a vacina para toda a sua população? A questão da vacina é uma questão mundial, volto a dizer aqui, não fiquem botando rótulo nas pessoas. O prefeito não tem vacina, não compra vacina não é porque não quer. Esta Casa mesmo já aprovou recursos para a compra de vacinas, emendas de vários parlamentares, inclusive eu, destinamos nossas emendas para a compra de vacinas. O problema é que não tem. Esse é um ponto. Segundo: “Eu vou procurar meu advogado”, e o advogado diz: “Olha, eu poderia entrar com um *habeas corpus*, eu poderia entra com mandado de segurança, mas estou impedido de entrar com *habeas corpus* ou com mandado de segurança. Então eu vou procurar um engenheiro.” O engenheiro poderia colocar uma... (Problemas na conexão.) ...mas está proibido de fazer esse trabalho. Eu estou falando... (Problemas na conexão.) ...eu vou ao médico em que eu acredito, ao médico em que eu confio, e o médico... (Problemas na conexão.) ...o médico me dá vitamina D para eu tomar, o médico me dá vitamina C para tomar, o médico me dá anticoagulante para tomar. E estão dizendo que não pode? Estão... (Problemas na conexão.) ...de cuida, não cuida. Tem opiniões contrárias, como no esporte. O jogador tal joga bem, o jogador tal não joga bem, como tem na questão do direito, como tem na questão da engenharia, como tem na questão da medicina e como tem na questão da política. Nós estamos procurando o direito de o médico dar, o direito do médico de dar. E Ver. Robaina, quando chega o médico... (Problemas na conexão.) ...o senhor há muito tempo não vai numa unidade básica de saúde, ele dá geralmente o que pode e o que está à disposição na farmácia do Município... (Problemas na conexão.) ...Volto a dizer: eu fui consultar um médico que atende no Sistema Único de Saúde, quando tive a Covid e esse médico me receitou a tomar Annita, por dez dias, eu até pensei que eu teria que ficar na casa da cantora Annita do Brasil. Ele me deu esse tal de remédio chamado Annita, por dez dias, me deu Azitromicina, por dez dias, me deu anticoagulante, me deu vitamina D, magnésio e potássio. Eu tomei porque eu acredito

no doutor. Agora não pode uma pessoa estar numa unidade básica de saúde e o Dr. Thiago receitar isso, se a pessoa não puder ir na farmácia do Município buscar isso. O Dr. Thiago não é genocida, o Dr. Thiago não é do Bolsonaro, é um médico bem conhecido das comunidades carentes de Porto Alegre pelo seu atendimento, pelo seu conhecimento da medicina e é uma pessoa na qual eu consultei e tem sido o médico de confiança da minha família. Além disso, fui consultar uma médica na PUC, porque eu tive que fazer um exame dos pulmões, num consultório médico na PUC, e a médica me deu a mesma coisa para eu tomar, o que é isso? Estão tirando o direito das pessoas. Não existe um consenso 100% da comunidade médica de que os remédios preventivos não ajudam as pessoas, não existe isso. Eu tenho aqui os meus que foram receitados pela ... (Problemas de conexão.) ...E aí? Vão prender o médico? E eles tomaram porque acreditam no médico. Tem a decisão que o médico disse: “vá para casa e não faça nada até não ter febre por dois dias”. O médico que fez, ele confia no médico, ele acredita no médico... (Problemas de conexão.) ...aqui vamos parar com a colocação de rótulo nas pessoas. Vamos parar, nós estamos defendendo o direito de o profissional exercer a sua profissão, de as pessoas que tenham contato com esse profissional, que tenha consultado esse profissional, que vão busca ajuda desse profissional, tomarem o que o profissional receitar. Esse direito é um direito básico do cidadão; é como o direito de ir e vir. Sobre a minha vida, sobre a minha vontade de fazer o que eu achar que o médico me deu é certo ou errado. É igual o advogado dizer que eu tenho de entrar com um *habeas corpus* e eu não entrar porque não é proibido; igual a um engenheiro dizer que eu tenho que colocar uma cinta ou fazer uma sapata na minha casa que estiver caindo e eu não puder fazer. É isso o que nós estamos discutindo, é isso. Querem politizar, direita, esquerda; querem politizar se é genocida, se não é genocida; querem fazer o que quiserem, façam que, agora, não podem tirar o direito de o profissional exercer a sua profissão e não podem tirar o direito de o paciente tomar esse remédio receitado pelo doutor, por meio do Sistema Único de Saúde. Seria isso, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas. Me inscrevi também nessa discussão que eu acho que é pertinente, isso virou um grande cavalo de batalha, tanto pelo governo Bolsonaro – governo genocida e vai ser julgado por isso – quanto também infelizmente pelo governo Melo que está expressando isso por meio dessa proposição da vice-líder do governo na Câmara de Vereadores. Início dizendo que sou da área da saúde, sou formada em educação física e me sinto sem competência para fazer discussão de quais medicamentos devem compor o *kit* Covid em relação a tratamento precoce. Estou colocando isso nos debates porque eu acho que nós estamos substituindo e deslocando os debates dos seus locais. Eu acho que já existe consenso, e aí é importante colocar a Sociedade de Infectologia dos Estados Unidos,

Sociedade de Infectologia da Europa, Centro Norte-Americano de Controle e Prevenção de Doenças, organização Mundial da Saúde, Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária do MS, enfim, são diversas instituições que nós, parlamentares, historicamente nos balizamos para elaborarmos política pública, e os consensos que existem dentro dessas instituições, dessas agências reguladoras, das universidades públicas, de professores renomado é de que não há tratamento precoce. E isso está sendo utilizado – essa polarização, esse cavalo de batalha – é uma forma de atuação política do Bolsonaro, Bolsonarismo, desse movimento que expressa também aqui dentro da Câmara de Vereadores, que é negar a ciência e colocar essa questão secundária, uma questão de segunda ordem, como a principal discussão do parlamento. E aí as questões de fato que são prioritárias: ampliação de rede de leitos, da transparência do acesso a leitos, dos remédios necessários para a intubação das pessoas que estão sendo obrigadas a serem entubadas – coisas que o governo federal negou a compra desses medicamentos –, o auxílio emergencial municipal, uma política de alimentação, que tem que partir do Executivo um fundo municipal de segurança alimentar por que a fome vai prevalecer nos próximos anos no nosso Município; diversas iniciativas que poderiam estar sendo armadas na câmaras, nas assembleias, no Congresso e são secundarizadas por uma discussão que a própria ciência tem contraposições. Os consensos que nós chegamos até este momento colocam que não existe ainda hoje comprovada a necessidade, a eficácia de divulgação de um tratamento precoce. Corroborar com isso é corroborar com uma desinformação em massa. Não é à toa que o Brasil está com mais de 411 mil pessoas que perderam a sua vida para um vírus, um vírus que já tem vacina. E sim é importante responsabilizar, o governo Bolsonaro levou mais de 10 meses para comprar a vacina no ano passado; tem responsabilidade aquilo que a gente fala, tem responsabilidade aquilo que nós divulgamos nas redes sociais, tem responsabilidade a opção que nós fazemos de debater determinadas pautas em detrimento de outras. E é isso o que está acontecendo nessa tarde na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Novamente nós temos que enfrentar uma discussão que não compete ao Gilson Padeiro, à psicóloga Tanise, à comandante Nádia, ao historiador Matheus, à professora de educação física Karen. Eu acho que o ideal seria a gente conseguir organizar espaço para que, de fato, a comunidade científica se posicione novamente, que o Conselho Regional de Medicina se posicione, que os conselhos profissionais se posicionem, porque realmente transferir para o parlamento, para o judiciário uma discussão que não compete ao parlamento decidir, ainda mais utilizar recursos públicos, equipamentos públicos para resolver. Acho isso um absurdo, isso corrobora com essa política bolsonarista, genocida, de desinformação em massa. Isso que o Ver. Matheus colocou é verdade, nós não somos cobaias, nós não podemos... (Problemas de conexão.) ...que o nosso povo se iluda que ao tomar o medicamento está se tratando para o contágio e o aprofundamento do quadro do vírus. Isso é uma mentira, isso é uma inverdade. Eu acho que o Bolsonaro, quando faz essa opção de fazer o *kit* Covid, o tratamento precoce como um grande cavalo de batalha, secundarizando todas essas questões que nós colocamos como que são essenciais para garantir a vida, ele corrobora também para que, no Município de Porto Alegre, a gente fique vazio de políticas públicas para garantir a alimentação, para

garantir transporte de qualidade, para garantir renda, para garantir financiamento dos pequenos produtores, dos pequenos empreendedores. Ele nega simples o que é científico, ele debocha do uso de máscara, ele não negocia a compra das vacinas, ele simplesmente negou a previsão do colapso, ele simplesmente negou a previsão do colapso nacional. E aqui, no Município de Porto Alegre, essa vertente bolsonarista vai dialogar com o verde-amarelo do Parcão, que pede o tempo inteiro a intervenção militar no supremo. Na democracia, para dialogar com essas pessoas, começa a vir a consulta de proposições: é frente parlamentar, é liberação dos medicamentos, é divulgação e publicização de medicamentos que são ineficazes. Então, enfim, me solidarizo com os últimos vereadores que estão se inscrevendo para tentar dialogar com a população, que é nosso foco, não adianta ficar dialogando como os bolsonaristas – os homens são honestos, a terra que é quadrada – a população é o nosso foco. E é importante a gente se inscrever, tanto ativamente de forma angustiada para tentar explicar por A mais B porque esse tipo de proposição é uma política burra, uma política feita de forma burra. Era isso.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Porto Alegre, nossa querida cidade, eu vi de tudo nesta vida, tenho 33 anos, pouca idade, mas trabalho desde os 13 anos. Andei por muitos lugares aqui no Município, vi de tudo em tudo que é lugar, absurdos e mais absurdos, mas o que eu nunca tinha visto, colegas vereadores, é usar um morto na tribuna – na tribuna aqui desta Casa – para defender o que não se pode defender. Ver. Gilson Padeiro, a terra não é plana, ela não é plana, a ciência já comprovou, assim como a cloroquina não cura a Covid. Saiu agora inclusive mais um estudo no The New England Journal of Medicine, jornal científico internacional, que a cloroquina não salva ninguém, nem precocemente nem durante. E daí o que nós estamos vivendo aqui em Porto Alegre, sem sombra de dúvidas, é o pior capítulo desta legislatura. Sabem porque fazem isso, povo desta cidade? Porque não têm uma pauta contra a fome, porque não têm uma pauta contra o desemprego, porque não tem vacinas porque o prefeito Melo, autorizado pelos 36 votos daqui, até agora não vi a minuta do contrato, ou seja, da intenção de comprar vacinas com recursos próprios. É a demagogia imperando, ela desfila pelo plenário e infelizmente nesses microfones encontra guarida, porque o microfone é democrático, aqui cabe qualquer coisa. Agora, não cabe qualquer coisa para o povo sofrido de fome, para o povo morrendo, e pior do que isso, o povo aglomerado como no dia de hoje em todos os lugares apenas desesperados buscando a segunda dose da vacina, desesperados porque os governantes bem ajeitados nas suas fatiotas não se importam com o povo da Restinga, do Sarandi, da Cruzeiro, não se importam. Se importam em tergiversar, dizer que não se libera esse remédio, aquele outro, o que isso? Qualquer médico pode receitar o que quiser, agora, não pode receitar

uma mentira, uma farsa e dizer que tem cura precoce: “vou tomar antes, vou me curar antes”. Por favor, se tiver uma dorzinha, alguma coisa aí, para dor de barriga tem um chazinho, agora, a Covid mata. Covid mata e não é brincadeira, morreu um servidor desta Casa recentemente que trabalhou aqui nesta Casa por tantos anos! Então, meus colegas, vamos recobrar os sentidos, botar a mão no coração. Coloquem a mão do lado esquerdo do peito, coloquem, vejam o coração de vocês baterem. Mais de 400 mil corações não batem mais neste Brasil, não batem! Coloquemos a mão na consciência – a minha vó diria: “coloquem a mão na moleira”. Vamos colocar a mão na consciência e debater aqui o que tem de ser debatido. Digam-me qual o medicamento não pode ser receitado pelo SUS? Todos podem, para todas as doenças. Então, encontrar argumentos onde não tem é invenção. A invenção serve, talvez, para uma crônica de jornal; talvez, para um conto de literatura, agora, para a vida na cidade, para continuar sobrevivendo e precisando do serviço público de qualidade é preciso também de uma Câmara ativa que não se entregue às ideologias momentâneas. O barco do Bolsonaro está afundando, saiam esse barco, assim como a direita já saiu do barco do Collor, do barco do Fernando Henrique, do Temer e muitos já estão abandonando o barquinho afundando do Bolsonaro! Lógico, sigam o bom caminho da boa política! Os projetos de lei que são bons para a cidade, como a gente discute muitos, como esse das conveniadas. Mas, por favor, respeitem a ciência, respeite os médicos, respeitem os trabalhadores do SUS, não inventem medicamento precoce porque não existe e a ciência não comprova. Muito obrigado, eu votarei contra esse projeto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Mais uma vez, utilizando esta tribuna, cumprimento meus colegas. Ontem, o Brasil chorou, chorou mais uma morte, a morte de alguém que levava uma mensagem para todos e todas nós. É muito triste quando a gente perde um grande ator como Paulo Gustavo, porque, de alguma forma, ele entrou dentro da casa da gente. Paulo Gustavo representava a mulher brasileira, como muitas das nossas mulheres, como muitas das nossas mães, como muitas de nós. Mais um que perde a vida pela negligência, mais um que perde a vida pela ausência de vacina, mais um que perde a vida, porque era só uma gripezinha, mais um que perde a vida, porque o presidente, quando sai às ruas, sai sem máscara, aglomera. Incentiva a população a ir às ruas em nome da economia, como se tivesse uma contradição entre a economia e a vida, algo que eu nunca enxerguei. Eu ouvi diversas manifestações, e eu queria muito dizer que o Brasil não aguenta mais chorar, não aguenta mais tantas mortes, já foram 412 mil mortes, são muitos brasileiros e brasileiras, como algo que alguns trouxeram aqui, inclusive de forma irresponsável. Eu jamais faria isso, porque isso sim é demagogia, isso sim é trazer a dor para esse plenário, isso sim é vulnerabilizar as famílias, isso sim é negligenciar as mortes, isso é a

verdadeira demagogia. Aqui no Rio Grande do Sul, já foram 25.417 mortes, famílias que nunca mais vão ver seus entes queridos. Infelizmente, já perdi amigos, companheiros de partido. Tive muito orgulho, Ver. Cecchim, meu amigo, meu colega de plenário, de ter dividido as trincheiras da vida, mas não vou ter mais essa oportunidade, mais uma vez pela negligência do governo federal e pela negligência de governos que não fazem coro a uma oposição ao bolsonarismo irresponsável que leva a gente ao declínio, que leva o Brasil a ser um dos piores países para se morar. Eu tenho vergonha do governo brasileiro. Venho com muita coragem aqui, neste plenário, porque tenho certeza de que nós deveríamos estar aqui defendendo vacina para todos e todas, nós deveríamos estar falando aqui de um projeto que combatesse a fome. Isso sim não é um projeto demagógico: combater a fome que assola a nossa comunidade, que bate forte nas nossas portas. Eu fico muito triste de ter de vir aqui a esta tribuna falar sobre o óbvio, falar sobre algo que a comunidade científica está falando aos montes. Eu não sou médica, eu não sou da área da saúde, eu sou uma estudante de administração pública e social que quer olhar para a administração não como uma empresa, mas como um Estado que precisa gerenciar a vida. É disso que nós precisávamos estar falando aqui. Eu me envergonho, sim, de estar fazendo aqui o debate de um projeto que, de forma, indiscriminada, tenta liberar algo para a população sem embasamento científico, sem estudos necessários que deem a segurança para que a gente possa disponibilizar à população. Eu tenho muito orgulho, Ver. Cecchim, porque o Governador Flávio Dino do PCdoB já vacinou 45 mil professores. Isso é de se ter orgulho, isso é de se contar aos quatro cantos, nas tribunas, do Brasil afora. Isso é governo; se essa cidade fosse nossa, nós estaríamos falando dessa tribuna do combate à fome, iríamos estar falando desta tribuna em distribuir vacinas e não enfileirando o povo na busca de vacina. O que faz, muitas vezes, o povo se dispor, se submeter a esse tratamento é a ausência de perspectiva, porque nós não temos. Eu tenho 33 anos, e a minha mãe é gari, ambas com comorbidades e sem perspectivas. O povo vive sem perspectivas, porque nos assola a fome, nos assola a ausência de oportunidade e nos assola a ausência de uma retomada da vida de forma equilibrada. Eu poderia estar falando aqui das famílias que buscam as cestas básicas nos CARs; este seria um projeto muito pertinente, nesta casa, para se debater, mas, infelizmente, nós debatemos a disponibilização de um tratamento sem considerar a opinião médica. Eu ouvi muitos médicos para vir aqui nesta tribuna, porque não sou irresponsável. Então, a Bancada do PCdoB, como já manifestou a nossa Ver.<sup>a</sup> Daiana, a minha colega, votará contra este projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Retornando, para tratar do projeto que está em discussão. Tive o cuidado de parar, enquanto escutava os colegas vereadores falando, e de pedir e ler o projeto na íntegra. Parece que não estamos

discutindo o mesmo texto, porque, pelo que entendi e pelo que está escrito, o projeto não fala nos medicamentos que deverão ser usados. Ele fala sobre a liberdade do médico da rede municipal, com livre consciência e com o consentimento do paciente, medicar o que entender necessário para fazer o tratamento das mais diversas doenças, inclusive a Covid, se ele entender justo e correto para aquele paciente que está buscando ajuda. Eu entendo que, nestes termos, faz todo o sentido, acho que não pode ser uma Câmara de vereadores a determinar qual tem de ser postura de um médico perante qualquer situação. Existe por trás uma ciência milenar que trata de estudar, interpretar e, inclusive, com o entendimento, livre e esclarecido, por parte do médico. Muitas vezes, foi feita a aplicação de medicamentos que não tiveram, eventualmente, o efeito desejado, muitas vezes tiveram efeitos adversos, contrários à intenção, mas a medicina é assim, ela trabalha com a liberdade do médico trabalhar com a própria convicção e conhecimento científico para tentar a melhor solução para o seu paciente. O paciente, muitas vezes, nós sabemos, por uma questão cultural, acaba acreditando que alguns medicamentos são benéficos para a sua saúde. Embora, eu, pessoalmente, não tenha capacidade de dizer que são, e por convicção pessoal até acredito que não sejam, mas entendo que cabe ao médico e cabe ao paciente, numa conversa médico/paciente, chegarem à conclusão de qual é o melhor tratamento para cada situação que acaba aparecendo o consultório. Entendo que sim é uma questão de liberdade do médico e do paciente em buscar o tratamento que achar mais importante. Vejo também que existe, dentro do movimento mais da esquerda, aquela máxima de que adultos capazes deveriam ter a liberdade de escolher e, inclusive, utilizar-se de drogas, que se sabe que não tem nenhum fim medicinal, mas sim recreativo. Eu não consigo entender como as pessoas que defendem a liberdade de adultos e capazes de utilizar drogas que a gente sabe que fazem malefícios para o organismo. Eu não entendo por que essas pessoas defendem isso por algo que nós sabemos que só faz mal, não faz bem, e não permite que uma pessoa busque um tratamento com um remédio que, por mais que possa ser ineficaz, compete a sua discricionariedade, a sua liberdade individual. Então, para mim, esse argumento não faz sentido, ser encontra um medicamento, ainda mais quando receitado por um médico; se o médico não está convencido, não se está obrigando médicos a fazerem a prescrição do medicamento para o paciente. Acho que se trata muito mais de um ato de liberdade. As pessoas têm o direito de escolher o que fazer com seu próprio corpo. Se algumas pessoas acham que devem tomar o medicamento, mesmo sem comprovação científica, porque para ela isso é o melhor a ser feito, eu acho que nós temos que garantir essa liberdade para a pessoa buscar o que ela acha que deve ser melhor para si e para suas famílias. Então, é somente nesse sentido. Ninguém aqui é contra a ciência; na verdade, eu acho que esse termo negacionismo é muito ruim. Ele deprecia, ele diminui o debate, porque qualquer coisa que vai contra o que algumas pessoas pensam que é o certo se trata de negacionismo. Acho que é muito mais do que preto e branco, a gente tem que entender que existem situações diferentes. Eu tenho um amigo médico, ele já me confidenciou algo que eu achei muito interessante. Ele é formado em medicina na UFRGS, busca ciência, busca o conhecimento. Ele sabe que para, algum caso, na finitude da vida, é possível... não existe nenhum tipo de tratamento

... Ele falou se ele estivesse no leito de morte e alguém lhe dissesse que existe um médium, lá do interior do Rio Grande do Sul, que vai resolver o problema, mesmo sabendo que isso não é verdade, ainda assim pensaria na possibilidade de buscar, porque não tem nenhuma alternativa. Infelizmente muitas pessoas, especialmente no passado, não tinham alternativa e acabavam buscando, nesses medicamentos, uma solução dos seus problemas. Se a pessoa acredita que essa pode ser uma solução, eu, como vereador, não tenho direito dizer que essa não é a solução para ela. Era isso.

(Não revisado pelo orador)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado Presidente Márcio, vereadores e vereadoras, público que nós assistir. Estamos discutindo essa matéria já há algum tempo, e eu me dei ao trabalho de anotar os nomes dos vereadores do PT, do PC do B e do PSOL que já falaram; pelo menos nove dos dez vereadores já falaram. Só Oliboni ainda não falou. Eu tinha um problema de conexão e eu não sei se ele já falou. Mas a impressão que eu tenho é que nenhum desses vereadores leu o projeto, porque eu não consigo encontrar uma ligação da fala desses vereadores com o projeto de lei da Ver.<sup>a</sup> Nádia e de outros vários vereadores, eu sou um dos vereadores que assina junto com a Ver.<sup>a</sup> Nádia. Quando eles começaram a falar, eu até fui reler o projeto, eu assinei esse projeto e não lembro, eu participei da construção junto com a Nádia, nós discutimos e não está escrito isso no projeto. Será que eu estou maluco? E eu comecei a anotar as palavras ditas e fui procurar no projeto, como precece, preventivo, kit Covid, cloroquina, bolsonarismo, Ivermectina, negacionismo, e nenhuma dessas palavras tem a ver com o projeto. Quem escutou a fala desses vereadores não consegue saber o que nós estamos votando, o que nós estamos discutindo. Eles politizaram o projeto de lei e ainda falam que o projeto de lei está sendo politizado, o projeto de lei trata de um assunto totalmente diferente da discussão. Se nós formos ver o projeto... E o Ver. Jessé, que falou antes de mim, foi muito feliz, porque ele também foi buscar no projeto, e o projeto fala de remédio, mas não fala o nome de um único remédio. Fala que o posto de saúde deve ter os remédios ligados à Covid e que, quando for receitados por um médico, provavelmente do sistema SUS, pois são as pessoas mais pobres e mais carentes que buscam esses remédios, que vão no sistema, que vão no posto de saúde, podem receitar, pois é somente com prescrição médico, remédio que já estejam na lista do Ministério da Saúde, que sejam preconizados pelo Ministério, que sejam prescritos por médicos, com receita médica, que os postos de saúde tenham os remédios para distribuir no combate à Covid. Não fala, em nenhum momento, em preventivo ou precece, fala em receita médica, prescrição médica, de médicos de posto de saúde e de ligação com o Ministério da Saúde. É disso que trata o projeto. Agora, falarmos de Lula? Escutei a tarde inteira as maiores pirotecnias para falar de um projeto de lei que é simplesmente para prever remédios para as pessoas nas farmácias e nos postos de saúde se possível. Nós estamos

aqui lutando para defender as pessoas que mais necessitam poderem ter remédio e serem atendidas, poderem ter acesso aos remédios receitados pelos médicos. Eu, Ver. Idenir Cecchim, assim como o senhor falou, eu tomei a Azitromicina, eu estava com dor de garganta, fui no médico, ele me receitou, eu fui na farmácia e comprei, eu tenho condições de ir lá comprar. Agora, pelos vereadores do PT, do PSOL, do PCdoB, que dizem que defendem os pobres, é ao contrário, eles entraram na justiça para proibirem que as farmácias tenham os remédios para dar aos pobres, e dizem que defendem os pobres.

Ver. Leonel Radde, com todo o respeito, vereador, o senhor disse que é uma vergonha querer fazer um projeto de lei para que tenhamos remédio nas farmácias. Vergonha é o que vocês fizeram! Vocês entraram na justiça para proibir o pobre de receber remédio nas farmácias. Isso sim é crime. As pessoas que têm condições financeiras vão ao médico particular, têm planos de saúde, vão no médico e recebem a receita, vão na farmácia e compram o remédio e tomam. Então nós estamos proibindo as pessoas que têm necessidade de uso de remédio pelas farmácias públicas, que tenham acesso ao remédio para poder se tratar. Isso sim é uma vergonha, Ver. Leonel! Isso sim é muito ruim.

Então seria interessante que os vereadores que não leram o projeto leiam o projeto antes de votar. Vão lá ler o projeto, porque ele não fala nada do que falaram os vereadores do PT, do PSOL e do PCdoB; eles trataram de tudo, menos do projeto de lei. Isso sim é uma vergonha. Passaram o dia inteiro fazendo discussão política de direita, de esquerda. Pobre não tem direita ou esquerda! Ele precisa do remédio para se tratar. É disso que nós estamos tratando aqui, de ter remédio para que as pessoas possam se tratar. Isso sim é uma vergonha. Nós precisamos é lutar para que as pessoas tenham acesso ao tratamento. Negacionismo é negar. Não tem nada no projeto de negacionismo. Nós estamos vendo que existe a doença, que as pessoas estão morrendo e queremos que as pessoas sejam tratadas, que elas tenham a liberdade de poder escolher se querem ou não querem tomar um remédio prescrito pelo médico. É isso! Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 090/21.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Mais uma vez um abraço a todos e a todas. Ouvi e acompanhei todo o debate desde o início e tenho cá a minha posição. Em primeiro lugar, não acredito no kit Covid, e muito especialmente o kit Covid lá de Itajaí, e, para mim, como outros já falaram, que sou leigo, completamente leigo no assunto, eu acredito que isso é uma questão de médicos e de profissionais da saúde.

Uma das manifestações que eu ouvi, e respeito todas, disse que: mas se alguém, bolsonarista – eu não sou bolsonarista –, mas se alguém, bolsonarista, chegasse

a um médico, com problemas, ele exigiria o remédio, a Cloroquina e etc., porque acredita na posição do Bolsonaro. E até respeito. Agora, se alguém bolsonarista, um paciente, exigir um remédio “x” e o médico prescrever este remédio, é uma questão do médico com o seu paciente.

Por outro lado, também li o projeto, e, com a emenda apresentada, o projeto diz que é responsabilidade da Prefeitura disponibilizar medicamentos que possa tratar a Covid; não fala em tratamento precoce, fala apenas, pelo que eu entendo, que, se alguém procurar um médico com Covid, o médico vai receitar o remédio A; já se falou bastante aí, por exemplo, na Azitromicina; se ele recita, a Prefeitura deve disponibilizar aos seus pacientes. O projeto não fala em que remédios a Prefeitura se comprometerá a buscar. Na verdade, a Prefeitura deve ter a responsabilidade de disponibilizar os medicamentos que ela compreender necessários para o tratamento, e concordo que é difícil, num momento como este, tu chegar num posto de saúde, por exemplo, numa UPA, e for constatada que aquela pessoa está com o coronavírus, e o médico disponibilizar paracetamol. Eu acho que o cara sai de lá com os cabelos em pé. Algum tipo de remédio tem que existir. Não acredito na Cloroquina. Esta Cloroquina foi, com todo o respeito, uma ideia do Trump, associada a uma empresa, me parece, que disse que seria a salvação da pátria, e o Bolsonaro, nosso Presidente, abraçou a ideia. Não acredito na Cloroquina. Agora, cabe ao médico indicar, com a responsabilidade que ele tem. Portanto eu vou votar – depois de tudo que ouvi, e porque li o projeto e a emenda – favorável ao projeto, respeitando as posições de todos. Acho que é muito pior o médico receitar alguma coisa e não estar disponibilizado no posto de saúde.

Portanto, vamos votar favorável, porque acho que não há nenhum problema em se disponibilizar o medicamento gratuitamente; até pelo contrário, acho positivo. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o PLL nº 090/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB):** De novo, nesta tribuna, mas desta vez para falar de algo absolutamente muito importante. Quem nos acompanhou na sessão hoje pela TVCâmara viu sim um festival de ignorância, um duelo de desinformação muito triste de se ver. A impressão que eu tenho é que o PSOL e o resto da bancada e do bloco de esquerda se colocaram num brete no momento em que eles foram contra determinados medicamentos e impediram a Prefeitura de disponibilizá-los para a população mais carente. Agora eles não podem mais mudar de opinião, porque, se eles voltarem atrás, eles assumem que não tinham o direito, porque nenhum partido político ou sindicato tem o direito de impedir a população de acessar medicamento que tenha sido recomendado por um médico. Isso é inédito. Chego a me emocionar. Isso é inédito no mundo inteiro. Partido político nenhum, ou sindicato, tem

o direito de se meter na relação médico-paciente e de impedir que as pessoas acessem o medicamento que foi prescrito pelo médico no posto de saúde. E é justamente disso que trata este projeto, porque ele só restaura a justiça na nossa cidade. Projeto que não deveria nem precisaria existir, porque é um tanto quanto óbvio, se não tivesse que ser feito para sanar uma injustiça da qual nós somos todos reféns. No momento em que a gente vê, surpreendentemente, a esquerda usar a bancada dizendo: “Nós não temos como opinar; nós não somos médicos”. Mas então porque entraram com um projeto para proibir, para interferir na liberdade médico-paciente?

Eu vou aqui ler, porque eu acho que eles não leram o projeto, porque citaram uma série de coisas mentirosas aqui. Disseram que era distribuição de Hidroxicloroquina. Não se trata disso! Disseram aqui que era kit Covid. Não se trata disso! Se trata de restaurar a justiça e o equilíbrio dentro do poder público, dando ao paciente, ao médico e à Prefeitura, o direito de fazer o que é correto. Eu fiz uma solicitação ao Cremers, no início do meu mandato, e que foi respondida, pelo Cremers, em 25 de março de 2021, que diz exatamente o seguinte (Lê.): “Sobre medicamentos para o Covid-19, segue a opinião do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul. Estritamente, o parecer do Conselho Federal nº 04 de 2020, no qual a prescrição desses medicamentos para pacientes que tenham teste positivo para Covid-19, após assinatura de consentimento, lido e esclarecido, comprovando o desejo do paciente a essas medicações, poderão ser receitadas”. Para quem não conhece o parecer do Conselho Federal de Medicina, ele justamente diz que, se o paciente e o médico estiverem de comum acordo, todo e qualquer medicamento pode ser utilizado. Isso é da base da medicina. Isso, eu repito, não cabe a nenhum político, partido ou sindicato dizer qual remédio pode ou não pode ser usado no tratamento de uma doença, uma doença nova, na qual todos os médicos sérios que vemos falando dizem que vale tudo que estiver ao alcance da ciência. Eu digo aqui para os colegas da bancada de esquerda: se atualizem; vão ler mais, parem, saiam desse discurso hermético que vocês assumiram e do qual vocês estão reféns, porque vocês não podem mudar de ideia, porque se vocês voltarem atrás, vocês vão ter que assumir que muitas pessoas foram prejudicadas pela liminar de vocês, e nós vamos sim restaurar a justiça nessa cidade de Porto Alegre dizendo que quem define isso é o médico, junto com o paciente, que vai assinar. É o que está no projeto de lei que vocês não leram. Com o consentimento do paciente. Acordo entre o médico e o paciente. E, sim, a Prefeitura tem que ter obrigatoriamente o remédio que o médico do posto de saúde recomendou e mandou dar. É o cúmulo do absurdo o médico receitar, a Prefeitura ter e não poder dar, porque é para Covid. É a coisa mais surreal que nós já vivemos. Deixo aqui o chamamento a todos aqueles que prezam pela justiça, que prezam pelos direitos humanos, que prezam pela universalização do atendimento, que votem favoráveis a este projeto hoje, porque é o mínimo que a gente espera de gente que realmente quer a saúde e o bem-estar de toda a população, principalmente da população mais vulnerável de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 090/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Tendo em vista que esgotamos o tempo regimental da sessão, damos por encerrados os trabalhos. Agradecemos a presença de todos. Uma boa-noite. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h49min.)

\* \* \* \* \*